



RELATÓRIO ANUAL (NARATIVO E FINANCEIRO) DE 2011
PROGRAMA DE APOIO À GOVERNAÇÃO LOCAL (PAGL)

Período de reporte: Janeiro a Dezembro de 2011
Data de reporte: Janeiro de 2012

Programa de Apoio à Governação Local (PAGL)

PERÍODO DE REPORTE: 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Título e Número do Programa Título do Programa: Programa de Apoio à Governação Local (PAGL) Número do Programa PNUD-BU: 45604 (ID de Atribuição), 53898 (ID de Projeto), UNCDF-BU (Irish): 45923 (ID de Atribuição), 54392 (ID de Projeto), UNCDF-BU (núcleo do UNCDF): 45924 (ID de Atribuição), 54393 (ID de Projeto) Número Atlas do Gabinete do MPTF: 00055656 (ID de Atribuição)	País, Localidade(s), Área(s) Temática(s)¹ Timor-Leste Governação Local e Descentralização, Redução da Pobreza
Organizações Participantes UNCDF e PNUD	Parceiros de Implementação Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território (MAEOT)
Custo do Programa / Projeto Contribuições de Instituições • PNUD: 1.060.000 dólares • UNCDF: 650.000 dólares Contribuição do Governo • 9.768.515 dólares (contribuição em géneros: 2008-2011) Outras contribuições (parceiros de desenvolvimento) • Irish Aid: 2.260.000 euros (financiamento indireto) • Irish Aid: 838.795 dólares (partilha de custos) • Governo da Noruega: 119.327 dólares (partilha de custos) TOTAL: 16.130.637 dólares	Duração do Programa (meses) Duração Global: 7 anos Data de Início ² : 01/2007 Data de Conclusão ou Data de Conclusão Revista: 12/2013 Data de Encerramento das Operações ³ : N/D Data Esperada de Encerramento Financeiro: Extensão do Projeto acordada pelo Comité de Orientação de Projeto

¹ Área Prioritária para o Fundo de Construção de Paz; Sector para o UNDG ITF.

² A data de início é a data da primeira transferência de fundos a partir do Gabinete do MDTF como Agente Administrativo. A data de transferência está disponível no portal eletrónico do Gabinete do MDTF (<http://mdtf.PNUD.org>).

³ Todas as atividades pelas quais uma Organização Participante é responsável segundo um programa do MDTF aprovado foram concluídas. As Instituições devem aconselhar o Gabinete do MDTF.

Avaliações do Programa / Avaliação Intercalar

Avaliação concluída – caso aplicável *anexe por favor*

Sim Não Data: Duas missões de consulta relativas a uma extensão de dois anos (2012 e 2013) para o projeto conduzidas respetivamente em Maio e Junho de 2011.

Relatório Intercalar – caso aplicável *anexe por favor*

Sim Não Data:
05/2010 _____

Entregue por

- Nome: Alessandro Righetti, Assessor Técnico Principal
- Organização Participante (Principal): UNCDF
- Endereço eletrônico:
alessandro.righetti@uncdf.org

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AD	Assembleia de Distrito
AL	Assembleia Local
ASD	Assembleia de Sub-distrito
AusAid	Australian Aid
CdA	Carta de Acordo
CDD	Comité de Desenvolvimento de Distrito
CdM	Conselho de Ministros
CDS	Comité de Desenvolvimento de Sub-distrito
CM	Condição Mínima
COP	Comité de Orientação de Programa
CPI	Comité de Planeamento e Implementação
DC	Desenvolvimento Comunitário
DNAF	Direção Nacional de Administração e Finanças
DNAL	Direção Nacional de Administração Local
DNDLOT	Direção Nacional de Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território
EOGL	Estudo de Opções de Governação Local
FdF	Formação de Formadores
FDL	Fundo de Desenvolvimento Local
GDP	Gestão da despesa Pública
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GL	Governação Local
GT	Grupo de Trabalho
GTGL	Grupo de Trabalho sobre Governação Local
GTL	Governo de Timor-Leste
GTT	Grupo de Trabalho Técnico
GTTMs	Grupos de Trabalho Técnico Ministeriais
IEC	Informações sobre Educação e Comunicações
IPS	Infraestruturas e Prestação de Serviços
MAE	Ministério da Administração Estatal
MAEOT	Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território
MF	Ministério das Finanças
MIN	Modalidade de Implementação Nacional
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAGL	Programa de Apoio à Governação Local
PDD	Programa de Desenvolvimento Descentralizado
PDID	Planeamento de Desenvolvimento Integrado a nível de Distritos
PDL	Programa de Desenvolvimento Local
PN	Parlamento Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPL	Processo de Planeamento Local

QED	Quadro Estratégico de Descentralização
SDP	Plano de Desenvolvimento dos Sucos
SVBD	Sistema de Verbas com Base no Desempenho
TL	Timor-Leste
UNCDF	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital
UNDAF	Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento

ÍNDICE

Capa	1
Resumo do Título e Custo do Projeto	2
Lista de Abreviações e Siglas	3
Índice	6
Lista de Tabelas.....	7
Lista de Anexos	8
I. SUMÁRIO EXECUTIVO	9
II. PANORAMA DO PROGRAMA	11
III. ACORDOS DE IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	13
IV. RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS.....	14
V. DESENVOLVIMENTOS RECENTES RELACIONADOS COM GOVERNAÇÃO LOCAL EM TIMOR-LESTE	14
VI. ATIVIDADES, REALIZAÇÕES E DESAFIOS	17
Resultado 1: Programa de Desenvolvimento Local	17
1.1. Apoio a Atividades de Assembleias Locais	17
1.1.1. Apoio a Assembleias Locais	17
1.1.2. Avaliação de Condições Mínimas	17
1.1.3. Alocação o Orçamento do FDL e Custos Recorrentes	19
1.1.4. Reunião de Assembleias Locais	19
1.2. Finanças	22
1.2.1. Transferência de Alocação do FDL	22
1.2.2. Custos Recorrentes	22
1.2.3. Carta de Acordo (CdA) entre o MAEOT e o PAGL	23
1.3. Implementação de Projetos	23
1.3.1. Processo de Aprovisionamento Local e Implementação de Projetos do PDL	23
1.4. Processo de Planeamento para o AF de 2012	24
1.4.1. Identificação e priorização de projetos	24
1.5. Atividades de Apoio aos Géneros	26
1.6. Capacitação	27
1.6.1. Curso de reciclagem sobre planeamento local, finanças e processos de aprovisionamento	27
1.6.2. Formação no AutoCad para Técnicos de Distrito	27
1.6.3. Visita de estudo sobre 'planeamento integrado para a governação local' na Indonésia	27
Resultado 2: Política e Legislação	27
2.1. Apoio continuado à Legislação sobre Governo Local.....	27
2.2. Apoio ao Processo de Redação e à Aprovação do Decreto-Lei do PDID	28
2.3. Apoio à Produção de Legislação Secundária	28
2.3.1. Despacho Ministerial sobre o Processo de Planeamento	28
2.3.2. Revisão de Diretivas do MAEOT sobre Contratos Comunitários	28
2.4. Desenvolvimento de Políticas	29
2.4.1. Desenvolvimento comunitário	29
2.4.2. Grupo de Trabalho sobre Governação Local (GTGL)	29
2.4.3. Grupo de Trabalho Técnico (GTT) sobre Descentralização Fiscal.....	29
Resultado 3: Apoio à Implementação de Reformas de Governo Local	30
3.1. Produção de Materiais de Comunicação Social (MCS)	30
3.1.1. Programa mensal de rádio	30
3.1.2. Boletim mensal.....	31

3.2.Educação Cívica e Governação Local	33
Resultado 4: Gestão do Programa	34
4.1.Processo de recrutamento	34
4.2.Outras questões.....	34
V. RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCRETIZAÇÕES E DAS LIÇÕES	
APRENDIDAS EM 2011	34
Concretizações	34
Lições aprendidas	35
VI. O FUTURO: EXTENSÃO DE PROJETO E PTA PARA 2012	36
PARTE II: DESEMPENHO FINANCEIRO.....	38
1. Panorama Financeiro.....	38
2. Contribuições de Parceiros de Desenolvimento.....	39
3. Transferência de Financiamento Aprovado para Organizações da ONU Participantes.....	40
4. Despesa Reportada por Organizações Participantes.....	40
4.1. Despesa Geral e Taxas de Prestação Financeira.....	41
4.2. Total da Despesa Reportada por Categorias.....	41
4.3. Taxas de Prestação Financeira for Organização Participante.....	42
4.4. Total da Despesa pri Organização Participante, com discriminação Por Categorias.....	43
5. TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO POR PARTE DO PAGL TIMOR-LESTE.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de Condições Mínimas do PDL	17
Tabela 2: Resultados da Avaliação de Condições Mínimas para 2010	18
Tabela 3: Alocação de Fundo Capital e Custos Recorrentes do FDL em 2011	19
Tabela 4: Resultado da Primeira Reunião, da Segunda Reunião e da Reunião Extraordinária das Assembleias por Distrito em 2011.....	21
Tabela 5: Alocação do Fundo de Capital para 2011	22
Tabela 6: Situação em termos de Alocação e Despesa	22
Tabela 7: Fases de Aproveitamento.....	24
Tabela 8: Lista de Reuniões Integradas de Distrito	25
Tabela 9: Número de Projetos e Alocações Orçamentais antes e depois da Comissão de Revisão Orçamental	26
Tabela 10: Lista de Programas de Rádio produzidos durante o período de reporte	30
Tabela 11: Lista de Tópicos dos Boletins Mensais	31
Tabela 12: Resumo dos pareceres de inquiridos à Lista de Verificação de Comunicação para 2011	32
Tabela 13: Panorama Financeiro do PC de Timor-Leste relativo ao PAGL a 31 de Dezembro de 2011 (em dólares)	40
Tabela 14: Contribuições de parceiros de Desenvolvimento (em dólares).....	41
Tabela 15: Transferências/Valor Líquido Financiado por Organização Participante a 31 de Dezembro de 2011 (em dólares).....	41

Tabela 16; Taxa de Prestação Financeira para 2011 e total acumulado a 31 de Dezembro de 2011 (em dólares).....	42
Tabela 17.1.: Total da Despesa por Categorias (em dólares).....	43
Tabela 17.2.: Acumulado da Taxa de Prestação Financeira por Organização Participante a 31 de Dezembro de 2011 (em dólares).....	43
Tabela 17.3.: despesa por Organização Participante, com discriminação por Por Categorias (em dólares).....	44

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Resumo do orçamento para projetos do MAEOT no Ano Fiscal de 2012	46
Anexo 2: Resumo breve do Decreto-Lei de Planeamento de Desenvolvimento Integrado a nível de Distritos (PDID)	48
Anexo 3: Plano de Trabalho Anual de 2011: Programa de Apoio à Governação Local.....	50
Anexo 4: Lista de Funcionários / Postos do PAGL em 2011.....	53

I. Sumário Executivo

O processo de descentralização em Timor-Leste teve início com o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Técnico Interministerial em 2003, com o intuito de estudar diferentes opções a nível de descentralização em Timor-Leste. O grupo de trabalho envolveu membros de todos os ministérios, sob a liderança do então Ministério da Administração Estatal (MAE).

As reformas de descentralização evoluíram desde então, resultando na aprovação de uma política nacional de descentralização e de um guia de descentralização, bem como no envio de um conjunto de três leis sobre governo local al Parlamento Nacional. Através deste processo as lições aprendidas a partir do Programa piloto de Desenvolvimento Local foram inseridas sistematicamente no processo político, com o respetivo aumento das capacidades locais.

O processo beneficiou do apoio contínuo prestado pelo *Programa de Apoio à Governação Local* (PAGL) conjunto do UNCDF-PNUD e dos seus programas predecessores, o *Estudo de Opções de Governação Local* e o *Programa de Desenvolvimento Local* (ambos apoiados pelo UNCDF), tanto a nível político como a nível local. O objetivo essencial do PAGL é contribuir para a redução da pobreza em Timor-Leste. O PAGL tem o objetivo primário de apoiar o estabelecimento de um sistema completo de governo local em Timor-Leste (i) fornecendo lições politicamente relevantes a partir de atividades piloto, (ii) ajudando o governo na formulação de um quadro legal e regulador abrangente o governo local, e (iii) ajudando a implementação de reformas de governo local. Através da concretização do seu objetivo primário o PAGL estará a contribuir para a melhoria das infraestruturas e da prestação de serviços a nível local, bem como para a redução da pobreza. É financiado pelo Governo de Timor-Leste (GTL), pela Irish Aid, pelo Governo da Noruega, pelo PNUD e pelo UNCDF. O “PAGL I” estava a ser implementado ao longo de um período de 5 anos (2007 a 2011). Para garantir a concretização deste objetivo as atividades de projeto foram implementadas sob três resultados de projeto: *Resultado 1*: Procedimentos, processos e sistemas efetivos a nível local para infraestruturas e prestação de serviços (IPS) e gestão da despesa pública e das finanças públicas (GDP / GFP) testados em distritos, sub-distritos e futuros municípios selecionados; *Resultado 2*: Apoio prestado ao GTL em relação ao estabelecimento de um quadro institucional, legal e regulador apropriado e abrangente para o governo local; e *Resultado 3*: Apoio prestado ao GTL para a implementação de reformas de governo local.

O Governo de Timor-Leste solicitou ao PNUD-UNCDF e a outros parceiros de desenvolvimento para continuarem a apoiar o MAEOT e a agenda global de descentralização e desenvolvimento local em Timor-Leste. Um projeto de extensão do PAGL, intitulado “PAGL II 2012-2013”, foi aprovado em Dezembro de 2011 e reorienta as intervenções e estratégias do PAGL anterior (“PAGL I”) de modo a dar resposta ao novo cenário político, às eleições nacionais de 2012 e ao quadro de governo local em grande medida ainda por definir, bem como ao atual ciclo do UNDAF (2008 a 2013). Foram formulados dois resultados esperados para o projeto de extensão, nomeadamente: *Resultado 1*: Melhoria da capacidade a

nível de prestação de serviços locais (IPS) por parte de órgãos subnacionais, com maior participação dos cidadãos; e *Resultado 2*: Melhoria do quadro institucional, legal e regulador estabelecido em apoio da governação local efetiva.

O programa é implementado como parte integrante das atividades do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território (MAEOT). Segue os procedimentos do PNUD/UNCDF e gere todos os processos de aprovisionamento através do gabinete do PNUD no país ou do Centro Regional do UNCDF. O Programa Conjunto está ligado ao Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento de 2009 a 2013 (UNDAF): Resultado 1.1: Órgãos e instituições estatais mais eficientes, transparentes, responsáveis, equitativos e atentos à questão dos géneros no planeamento e prestação de serviços; Resultado 1.1.3: O Governo tem um quadro legal claro para a descentralização; e Resultado 1.1.4: As instituições de governo local estabelecidas possuem as capacidades essenciais para cumprir os seus mandatos. O projeto visa apoiar as Prioridades Nacionais de Timor-Leste, com particular incidência na ‘promoção de processos de reforma a nível de descentralização e governo local’.

Durante 2011 foram conseguidos vários resultados importantes. Em particular o projeto apoiou a redação de um decreto-lei sobre Planeamento de Desenvolvimento Integrado de Distrito (PDID), aprovado em janeiro de 2012 aquando da elaboração do presente relatório. O decreto-lei do PDID permite a harmonização e sincronização de diferentes programas implementados pelo MAEOT sob um único quadro que incorpora vários dos processos e procedimentos que o PAGL testou através do PDL.

O projeto apoiou também uma expansão em seis frentes dos procedimentos de planeamento de baixo para cima, o que representa um passo significativo na expansão de processos e procedimentos do PDL dentro de toda a gama de projetos de infraestruturas e prestação de serviços implementados pelo MAEOT. Embora circunstâncias excecionais (particularmente o vácuo legislativo criado pelo atraso na aprovação do PDID) tenham feito com que a adesão aos procedimentos de planeamento fosse assaz flexível, isto ainda assim representou um importante passo em frente.

O PNUD e o MAEOT assinaram ainda uma Carta de Acordo (CdA), o que constitui um passo significativo rumo ao alinhamento com os sistemas nacionais, uma vez que irá permitir testar a capacidade do MAEOT para levar a cabo atividades de acordo com os procedimentos anteriormente acordados com o PAGL: isto pode ser visto como o início da transição da Implementação Direta (MID) para modalidades de Implementação Nacional (MINs).

Não houve reformas do governo local durante o tempo de vida original do PAGL e não é provável que haja durante os dois anos do período de extensão. É esperado que um novo governo seja constituído por volta de Agosto de 2012, o qual só deverá começar a tomar decisões importantes em 2013.

II. PANORAMA DO PROGRAMA

O Programa de Apoio à Governação Local (PAGL) é um programa conjunto financiado pelo Governo de Timor-Leste (GTL), pela Irish Aid, pelo Governo da Noruega, pelo PNUD e pelo UNCDF. Está a ser implementado ao longo de um período de 5 anos (2007 a 2011). O objetivo essencial do PAGL é contribuir para a redução da pobreza em Timor-Leste. O objetivo do programa é apoiar o estabelecimento de um sistema completo de governo local em Timor-Leste, dotando os órgãos de governo local relevantes de maiores responsabilidades em termos de planeamento, orçamentação e implementação de infraestruturas e prestação de serviços.

Para garantir a concretização deste objetivo, o PAGL irá assegurar três resultados essenciais:

Resultado 1: Procedimentos, processos e sistemas efetivos a nível local para infraestruturas e prestação de serviços (IPS) e gestão da despesa pública e das finanças públicas (GDP / GFP) testados em distritos, sub-distritos e futuros municípios selecionados.

Este resultado parte do anterior Programa de Desenvolvimento Local (PDL), que começou como um programa piloto nacional em 2004 com o objetivo de testar diferentes modelos de descentralização e de governação local. O PDL apoia a capacitação a nível local através da provisão de blocos de verbas para assembleias locais, as quais são responsáveis por alocar e gerir um pequeno orçamento de capital (Fundo de Desenvolvimento Local – FDL) para programas de infraestruturas locais. Os primeiros pilotos tiveram início em 2005; em 2010 o PDL foi alargado a todos os 13 distritos, passando assim a ser um programa de desenvolvimento local a nível nacional. Assim que sejam criados os municípios no contexto da descentralização o PAGL tenciona apoiar o estabelecimento de sistemas e procedimentos de governo local nos novos municípios, bem como continuar a fortalecer as capacidades locais no que diz respeito à prestação de serviços públicos.

Resultado 2: Apoio prestado ao GTL em relação ao estabelecimento de um quadro institucional, legal e regulador apropriado e abrangente para o governo local.

Através deste resultado, que continua o trabalho iniciado pelo Estudo de Opções de Governação Local (EOGL) em 2003, o programa apoia o desenvolvimento de um quadro político para o estabelecimento de um sistema pleno de governo local em Timor-Leste. Isto inclui a provisão de apoio técnico à redação, discussão interna e possivelmente consulta externa de instrumentos políticos e legais necessários para estabelecer um governo local efetivo e responsável em Timor-Leste.

Resultado 3: Apoio prestado ao GTL para a implementação de reformas de governo local

Este resultado refere-se ao conjunto concreto de municípios. O apoio do PAGL à

implementação de reformas de governo local dependerá em grande medida das decisões finais sobre o faseamento deste processo. No seguimento do adiamento das eleições municipais o PAGL incidiu em atividades de comunicação e educação cívica em prol da governação local e da descentralização.

O programa é implementado como parte integrante das atividades do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território (MAEOT). Segue os procedimentos do PNUD/UNCDF e gere todos os processos de aprovisionamento através do gabinete do PNUD no país ou do Centro Regional do UNCDF.

O Programa Conjunto está ligado ao Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) de 2009 a 2013, nomeadamente:

Resultado 1.1: Órgãos e instituições estatais mais eficientes, transparentes, responsáveis, equitativos e atentos à questão dos géneros no planeamento e prestação de serviços.

Resultado 1.1.3: O Governo tem um quadro legal claro para a descentralização.

Resultado 1.1.4: As instituições de governo local estabelecidas possuem as capacidades essenciais para cumprir os seus mandatos.

O projeto visa apoiar as Prioridades Nacionais de Timor-Leste, com particular incidência na **'promoção de processos de reforma a nível de descentralização e governo local'**.

Agente Administrativo

O Gabinete de Fundo Fiduciário Multidoadores (Gabinete do MPTF) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) funciona como o Agente Administrativo do Programa Conjunto do PNUD-UNCDF de apoio ao Programa de Apoio à Governação Local (PAGL) em Timor-Leste. Um Memorando de Entendimento (MdE) do Programa Conjunto entre as Organizações da ONU Participantes e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) relativo aos aspetos operacionais do Programa de Apoio à Governação Local (PAGL) em Timor-Leste foi estabelecido para o período de 1 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2011 e alargado até 31 de dezembro de 2013. O Gabinete do MPTF recebe, administra e gere contribuições de parceiros de desenvolvimento e transfere estes fundos para as Organizações da ONU Participantes, de acordo com as decisões do JCSC. O Agente Administrativo prepara e envia relatórios financeiros consolidados anuais, bem como declarações financeiras regulares sobre o Fundo do Programa Conjunto ao JCSC, para transmissão a parceiros de desenvolvimento.

Responsabilização e Transparência

Em 2010 o Gabinete do MPTF lançou oficialmente o portal eletrónico do Gabinete do MPTF (<http://mptf.PNUD.org>). Esta é uma plataforma de conhecimento que fornece dados em tempo real a partir do sistema de contabilidade do Gabinete do MPTF sobre informações financeiras relativas a contribuições de parceiros de desenvolvimento, orçamentos de

programa e transferências para Organizações Participantes. É concebido para prestar serviços transparentes e responsáveis de gestão de fundos ao sistema das Nações Unidas, com vista a melhorar a sua coerência, efetividade e eficiência. O portal eletrónico do Gabinete do MPTF inclui o programa conjunto do PNUD-UNCDF para apoiar o Programa de Apoio à Governação Local em Timor-Leste (<http://mptf.PNUD.org/factsheet/fund/ME100>), o qual fornece informações detalhadas sobre as operações do Fundo da ONU.

III. ACORDOS DE IMPLEMENTAÇÃO E DE MONITORIZAÇÃO

O programa é desenvolvido e implementado como parte integrante do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território (MAEOT). Até meados de 2010, o PAGL trabalhou diretamente com e foi inculido na Direção Nacional de Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (DNDLOT), criada em in 2008 para fiscalizar o piloto do PDL e o processo de reforma da descentralização.

No seguimento de uma solicitação do Ministro em meados de 2010 o PAGL ajustou a sua estrutura para trabalhar com uma estrutura congénere mais ampla, incluindo o Diretor-Geral e cinco direções importantes no MAEOT, dependendo da matéria em causa. As cinco direções são: Direção de Desenvolvimento Local (relativamente ao PDL), Direção de Administração Local (relativamente a questões de política de descentralização), Direção de Finanças, Direção de Sucos e Instituto Nacional de Administração Pública (INAP) para questões de capacitação. Para lá disto, as questões políticas serão coordenadas de perto com o Ministro da Administração Estatal.

Como parte do Programa Conjunto de cooperação com o Governo de Timor-Leste, tal como está descrito na totalidade no “Documento de Programa Conjunto” datado de 30 de janeiro de 2012, foi decidido estabelecer-se um mecanismo de coordenação chamado Comité de Orientação, presidido pelo Ministro da Administração de Estado e Ordenamento do Território da RDTL para facilitar a colaboração efetiva e eficiente entre as Organizações da ONU Participantes e o Governo anfitrião em prol da implementação do Programa Conjunto.

Foi estabelecida uma Direção de Projeto (DP) para efeitos de supervisão e orientação. A DP reúne-se duas vezes por ano para discutir o progresso do PAGL e endossar a orientação do programa. É responsável por endossar o plano de trabalho anual e os relatórios de progresso anuais e por prestar orientação sobre a implementação de projetos e ajustes necessários. A DP é composta por: Ministro do MAEOT (Presidente), agente sénior do MAEOT envolvido diretamente no programa; um representante do UNCDF; um representante do PNUD; e um representante de cada organização de parceiros de desenvolvimento participante.

O programa segue os procedimentos do PNUD/UNCDF e gere todos os processos de aprovisionamento através do Gabinete do PNUD em Timor-Leste ou do Centro Regional do UNCDF.

O PAGL opera um Sistema de Informações de Monitorização para gerir dados sobre progresso de projetos de forma sistemática. A equipa do PAGL reúne-se regularmente e há reuniões administrativas diárias para discutir os progressos no que toca a atividades planeadas e desafios encontrados, bem como a elaborar ações de seguimento relativamente a qualquer área que esteja a ficar para trás. Estas reuniões têm-se revelado essenciais para estabelecer um canal regular de comunicação e coordenação no seio da equipa do PAGL.

O Programa reporta trimestralmente a respeito dos progressos segundo resultados e atividades atribuídos, bem como desafios e questões no relatório consolidado. Os relatórios anuais são preparados e partilhados com o Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território (MAEOT) bem como com parceiros de desenvolvimento, reportando sobre as concretizações alcançadas e sobre os desafios encontrados durante o ano.

Em agosto de 2008 foi conduzida uma análise interna ao programa, cujo objetivo principal foi avaliar a conceção e progresso do PAGL. Em março de 2010 foi conduzida uma avaliação intercalar externa, como parte do Exercício Especial de Análise de Implementação de Projeto (SPIRE) do UNCDF de 2010-11.

IV. RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

O Programa é financiado pela Irish Aid, pelo Governo da Noruega, pelo PNUD e pelo UNCDF. O Governo de Timor-Leste também fornece fundos ao Programa de Desenvolvimento Local (PDL), um dos componentes do PAGL.

Em termos de Recursos Humanos, o programa tinha 20 postos com um total de 21 funcionários durante o ano, nomeadamente 4 internacionais e 17 nacionais (ver anexo 4).

V. DESENVOLVIMENTOS RECENTES RELACIONADOS COM GOVERNAÇÃO LOCAL EM TIMOR-LESTE

A Constituição de Timor-Leste contém um compromisso específico para com a descentralização e a governação local. Até aqui este compromisso tem sido refletido nas políticas e decisões de governos anteriores e do governo atual. Embora o Estado continue centralizado, o GTL, sob a liderança do MAEOT, tem vindo a avançar com o desenvolvimento de um quadro político de descentralização desde 2003. Este processo atingiu o seu auge em 2009, aquando do envio de um conjunto de três leis de Governação Local ao Parlamento Nacional: a Lei de Divisão Administrativa e Territorial, a Lei de Governo Local e a Lei de Eleições Municipais.

Um ano mais tarde (em abril de 2010) o GTL decidiu abrandar a reforma e adiar as eleições municipais para depois das eleições nacionais de 2012. Somente a primeira das três propostas de lei referidas foi aprovada, sendo pouco provável que as outras duas venham a ser discutidas ainda no decorrer da presente legislatura.

A partir de 2010 tem havido uma alteração acentuada no foco relativamente a questões de descentralização e governação local. Em particular, o governo concebeu um novo programa, intitulado Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD), que foi introduzido através do orçamento semestral retificativo de 2010. O PDD alocou um orçamento de cerca de 31 milhões de dólares para ser implementado diretamente por Administrações de Distrito para projetos de infraestruturas até 250.000 dólares cada.

Em 2011 o PDD foi substituído por dois Programas de Desenvolvimento Descentralizado distintos (PDD I e PDD II), o primeiro dos quais incluía projetos abaixo dos 150.000 dólares (num total de 15.520.000 dólares), canalizados através do MAEOT, ao passo que o segundo incluía projetos entre 150.000 e 500.000 dólares (num total de 28.811.000 dólares), canalizados através da Instituição para o Desenvolvimento Nacional (gabinete do Primeiro-Ministro). Durante o período foram também iniciados outros programas de despesa importantes, sendo que o maior é o programa conhecido por ODM-Suco, canalizado através da Instituição para o Desenvolvimento Nacional.

Através destes programas foi ministrado um número muito maior de projetos de infraestruturas de pequena e média dimensão em áreas rurais. Os funcionários de Administração de Distrito foram autonomizados e formados na gestão destes projetos e houve mais oportunidades para emprego de trabalhadores locais e para empreiteiros locais. Contudo, embora alguns processos e procedimentos do PDD (especialmente a nível da gestão financeira) tenham sido adotados a partir do PDL, outros (sobretudo nas áreas do planeamento e aprovisionamento) eram muito diferentes, o que criou confusão e dificuldades a nível central e local.

Em finais de 2010, o MAEOT tentou ultrapassar estas dificuldades por via de uma abordagem integrada que deveria ligar efetivamente o PDL e o PDD. Segundo esta abordagem um Plano de Desenvolvimento Integrado de Distrito (PDID) iria harmonizar todos os processos e procedimentos para implementação a nível de distrito. Infelizmente a concetualização e a elaboração do PDID demoraram mais tempo do que o inicialmente previsto, sendo que apenas em setembro de 2011 a proposta de decreto-lei foi apresentada ao CdM. Embora a discussão e aprovação finais não tenham podido ter lugar em 2011, aquando da elaboração do presente relatório o PDID tinha finalmente sido aprovado pelo CdM (11 de janeiro de 2012) e aguarda apenas promulgação por parte do Presidente da República e subsequente publicação no Diário da República (ver seção sobre o PDID - 2.2 e Anexo 2).

Em face da probabilidade de que orçamentos futuros continuem a alocar gastos maiores a nível local, a atenção está concentrada de presente no fortalecimento das estruturas locais para planear e gerir projetos de infraestruturas e prestação de serviços. Ao mesmo tempo tiveram recentemente início discussões no seio do governo (sobretudo ao nível do MAEOT e do MF) sobre a possibilidade de iniciar um mecanismo nacional para acelerar o desenvolvimento comunitário, a ser planeado e implementado a nível de suco. Os passos iniciais incluíram uma visita de estudo à Indonésia financiada pela AusAid e a criação, em outubro, de um GT técnico através do qual os dois ministérios deverão continuar a discutir a

elaboração de uma abordagem abrangente em prol do desenvolvimento local. Entretanto a AusAid está a apoiar o estabelecimento de um programa para o qual poderá vir a contribuir com 2 milhões de dólares em 2012 e com 35 milhões durante os quatro anos seguintes. O UNCDF, o PNUD e o BM estão também a participar no debate.

Nesta fase inicial ainda não é claro de que forma este novo programa se irá enquadrar nos processos a serem estabelecidos pelo PDID, o qual representa a atual política do governo. Aquando da elaboração deste documento o CdM tinha acabado de aprovar (18 de janeiro de 2012) uma resolução para estabelecer um mecanismo nacional para acelerar o desenvolvimento comunitário, dando assim o aval ao programa proposto.

Em 2010 o governo começou também a trabalhar no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) para 2011 a 2030, um exercício mais visionário através do qual pretende “até 2030 transformar Timor-Leste de país com rendimentos baixos para um país com rendimentos médio-altos, dotado de uma população saudável, instruída e segura”. Em julho de 2011, o Parlamento endossou oficialmente o PED. No que diz respeito à descentralização, o PED prevê que até 2015 “será estabelecido um programa piloto em três a cinco câmaras municipais para trabalhar rumo à descentralização gradual do exercício de governo”. Isto indica que embora a descentralização continue a ser um compromisso, o estabelecimento pleno de municípios por todo o país poderá ainda levar vários anos, o que faz com que seja muito importante ter uma abordagem interina clara a questões de desenvolvimento e de governação.

Entre outros desenvolvimentos recentes, em agosto de 2011 o MF apresentou ao CdM uma proposta de decreto-lei sobre questões de aprovisionamento (“Lei Geral”). Embora o objetivo global da nova lei seja harmonizar procedimentos de aprovisionamento que de presente são regulados por um conjunto vasto e por vezes incoerente de documentos legislativos, teme-se que a nova lei possa resultar numa simplificação excessiva dos procedimentos de aprovisionamento. Em particular, a redação atual estabelece que os procedimentos simplificados (aprovisionamento por ajuste direto e não por concurso) se aplicam a todos os projetos abaixo de 100.000 dólares, o que seria um grande passo atrás nos esforços do PAGL para desenvolver capacidades locais para a implementação de projetos. O MAEOT, com o apoio do PAGL, preparou comentários escritos à redação atual, argumentando que no caso de projetos abaixo de 100.000 dólares os Administradores de Distrito devem ter poder para escolher entre uma gama de diferentes procedimentos de aprovisionamento, incluindo concursos competitivos. Não está claro se e quando a proposta de lei será discutida de novo pelo CdM.

VI. ATIVIDADES, REALIZAÇÕES E DESAFIOS DURANTE O PERÍODO DE REPORTE

Resultado 1: Programa de Desenvolvimento Local

Procedimentos, processos e sistemas efetivos a nível local para infraestruturas e prestação de serviços (IPS) e gestão da despesa pública e das finanças públicas (GDP / GFP) testados em distritos, sub-distritos e futuros municípios selecionados.

1.1. Apoio a Atividades de Assembleias Locais

1.1.1 Apoio a Assembleias Locais

O PAGL continuou a prestar apoio técnico a Assembleias Locais nos 13 distritos para o planeamento e implementação de projetos financiados através do Programa de Desenvolvimento Local (PDL). O PAGL também ajudou e observou Comitês de Planeamento e Implementação (CIP) de Assembleias Locais ao longo do processo de planeamento para 2012. Durante o período de reporte todos os 13 distritos finalizaram os seus planos de investimento anual para o ciclo de projeto seguinte.

1.1.2 Avaliação de Condições Mínimas

A Avaliação de Condições Mínimas (CM) tem sido conduzida numa base anual desde o ano fiscal de 2005/2006. O seu objetivo principal é fornecer recomendações ao MAEOT relativamente à alocação de fundos do PDL para o ano fiscal seguinte: em particular, uma avaliação positiva é uma pré-condição para que os Distritos recebam uma nova alocação no ano seguinte. Para lá disto, a avaliação de CM faz recomendações ao MAEOT, aos Comitês de Planeamento e Implementação (CIP) de Assembleias Locais, a equipas financeiras e ao PAGL sobre como melhorar o seu desempenho no futuro.

O esquema de avaliação de CM analisa o desempenho das Assembleias Locais no que diz respeito a 11 indicadores básicos de governação (ver Tabela 2). Este ano, tendo em conta o tempo desde que estão a implementar projetos do PDL, foram avaliados na totalidade oito distritos, com outros três (Ermera, Oecussi e Viqueque) a serem avaliados parcialmente com base em sete indicadores e os outros dois distritos (Díli e Liquiçá) a serem avaliados apenas com base em quatro indicadores. A avaliação foi conduzida pela DNDLOT, conforme previsto pelo Decreto Ministerial N.º 1/2010 – DNDLOT/MAEOT.

Tabela 1: Indicadores de Condições Mínimas do PDL

Responsabilidade:

1. A Assembleia foi estabelecida de acordo com normas do MAEOT.
2. A Assembleia conduziu quatro reuniões durante o último ano.
3. A Assembleia melhorou o atual Plano de Investimento e o atual Orçamento Anual.
4. A implementação segue as normas financeiras do Fundo de Desenvolvimento Local

(FDL). 5. O relatório de despesas orçamentais relativo ao último ano foi entregue à Assembleia. 6. O relatório de auditoria do último ano (nos casos em que ficou disponível) foi entregue à Assembleia
Transparência: 7. Os Planos de Investimento e os Orçamentos Anuais são publicados nos painéis de informações ao público. 8. As atas das reuniões da Assembleia são publicadas nos painéis de informações ao público. 9. Os documentos relacionados com o processo de concurso são publicados de acordo com a Norma Financeira.
Contribuição Local: 10. Os projetos financiados pelo FDL tiveram contribuições a nível local. 11. A Operação e Manutenção seguiram as normas financeiras do FDL.

A avaliação de CM foi conduzida entre 7 e 16 de fevereiro de 2011 em cada distrito, sendo que dois distritos (Aileu e Lautém) não cumpriram totalmente o conjunto de requisitos e receberam assim uma classificação de apenas “suficiente”, com pontuações inferiores a 60 (ver Tabela 2).

A avaliação destacou também algumas debilidades gerais, sobretudo no que diz respeito aos indicadores de “transparência” e de “contribuição local”. Mais especificamente, a avaliação apurou que as Assembleias Locais precisarão melhorar o seu desempenho de modo a garantir que as informações principais, por exemplo informações sobre Planos de Investimento e Orçamentos Anuais e atas de reuniões das Assembleias Gerais, são publicadas em painéis de informações ao público e que ficam acessíveis ao público. A avaliação apurou também que as comunidades nem sempre contribuem para projetos do PDL, apesar de as normas do PDL exigirem envolvimento comunitário como pré-condição para receção de financiamento.

Tabela 2: Resultados da Avaliação de Condições Mínimas para 2010

Distrito	Resultado da Avaliação	Categoria
Aileu	50,00	Suficiente
Ainaro	90,07	Satisfatório
Baucau	62,46	Bom
Bobonaro	69,14	Bom
Covalima	90,23	Satisfatório
Díli	90,00	Satisfatório
Ermera	69,79	Bom
Lautém	56,13	Suficiente
Liquiçá	90,00	Satisfatório
Manatuto	79,00	Bom
Manufahi	96,82	Muito Satisfatório

Oecussi	70,45	Bom
Viqueque	75,00	Bom

1.1.3 Alocação do Orçamento e dos Custos Recorrentes do FDL

Com base nos resultados da avaliação de CM para 2010, em fevereiro de 2011 o MAEOT anunciou em nome do GTL a alocação do Fundo de Desenvolvimento Local (FDL) para 2011. O montante total é de 3,5 milhões de dólares, alocado entre os diferentes distritos com base nas suas respetivas populações (ver Tabela 3). Onze distritos receberam uma alocação de 3,62 dólares per capita, sendo que os outros dois (Díli e Liquiçá), que só começaram a implementar projetos do PDL em 2010, receberam alocações de 2,40 dólares per capita. No seguimento do anúncio da alocação as Assembleias Locais confirmaram que um total de 144 projetos poderia ser implementado conforme aprovado pelo Parlamento Nacional no Orçamento de Estado para 2011.

Tabela 3: Alocação de Fundo Capital e Custos Recorrentes do FDL em 2011

Distrito	Número de Projetos	Fundo de Capital (dólares)	Custo Recorrente (dólares)
Aileu	16	165.000	8.119
Ainaro	9	216.000	7.596
Baucau	18	405.000	11.792
Bobonaro	8	324.000	12.446
Covalima	14	218.000	9.923
Díli	7	565.000	8.078
Ermera	7	414.000	10.276
Lautém	9	225.000	9.506
Liquiçá	8	152.000	6.434
Manatuto	12	157.000	8.674
Manufahi	14	183.000	9.654
Oecussi	9	236.000	7.473
Viqueque	13	240.000	9.986
Total	144	3.500.000	119.957

1.1.4 Reuniões de Assembleias Locais

As primeiras e as segundas reuniões de Assembleias Locais foram realizadas em todos os 13 distritos. A finalidade das primeiras reuniões de Assembleia Local é anunciar os resultados da avaliação de CM e informar as assembleias a respeito das suas alocações orçamentais finais, para que possam rever os Planos de Investimento de Distrito e agendar as atividades da Assembleia Local para o ano. Este ano alguns dos membros de Assembleias Locais ficaram desiludidos com decisões a nível central, já que apenas 144 projetos aprovados pelo Parlamento Nacional coincidiram com as propostas de projeto entregues anteriormente por Assembleias de Distrito.

Entre as primeiras e as segundas reuniões de Assembleias Locais os Comitês de Planeamento

e Implementação (CPIs) propuseram cancelar alguns dos projetos aprovados, uma vez que a implementação de alguns se tinha tornado inviável em virtude de desastres naturais, alguns tinham sido implementados por ONGs e outros tinham sido implementados em 2010. Esta proposta foi subsequentemente aprovada durante as segundas reuniões de Assembleias Locais, reduzindo assim o número total de projetos de 144 para 133.

As segundas reuniões de Assembleias Locais, realizadas entre os meses de julho e setembro, discutiram como alocar as poupanças que originam no seguimento do processo de concurso, sempre que são emitidos contratos para montantes inferiores aos indicados nos orçamentos originais. Nestes casos as poupanças feitas em cada distrito podem ser realocadas pelas Assembleias Gerais a fim de aumentar o orçamento de alguns dos projetos existentes, ou por vezes financiar projetos completamente novos que tinham sido priorizados anteriormente mas não financiados. Em resultado desta discussão (ver Tabela 4) podem vir a ser financiados oito novos projetos, sendo que 30 dos projetos existentes receberam financiamento adicional.

Em novembro, uma vez que ainda havia algumas poupanças pequenas resultantes de propostas de projetos adicionais, algumas das Assembleias Locais realizaram uma reunião extraordinária para alocar essas poupanças. Deste modo foram aprovados 11 projetos pequenos (a maior parte dos quais envolvendo a reabilitação de projetos implementados em anos anteriores). Dada a reduzida dimensão dos montantes envolvidos, foi possível levar a cabo processos de concurso e implementação até final do ano.

Como o Despacho Ministerial N.º 10/2011 (ver pontos 1.3.1 e 2.2) só regulou o processo de planeamento até à entrega de propostas de nível de sub-distrito a nível de distrito, houve um vácuo legislativo parcial que prejudicou a organização das terceiras e quartas reuniões das Assembleias Locais, que normalmente são organizadas para apresentar e aprovar planos de investimento. Em particular as terceiras reuniões das Assembleias Locais deveriam ter sido conduzidas após o CPI ordenar todas as propostas por ordem de prioridade, o que só aconteceu em dezembro. As propostas prioritárias deveriam então ter sido aprovadas nas quartas reuniões das Assembleias Locais, ao passo que as propostas de projetos tinham de facto de ser aprovadas até setembro para entrar no processo regular do orçamento (ver seção de planeamento – 1.3).

Tabela 4: Resultado da Primeira Reunião, da Segunda Reunião e da Reunião Extraordinária das Assembleias por Distrito em 2011

Distrito	Data da Primeira Reunião da AL	Projetos aprovados (segundo a lei orçamental)	Projetos restantes após cancelamentos propostos pelo CPI ^[1]	Decisões tomadas na Segunda Reunião da AL (julho a setembro)		Número de novos projetos decididos em assembleia extraordinária	Total de projetos
				Realocado para projetos atuais ^[2]	Novos projetos		
Aileu	1 de março	8	8	(3)	0	0	8
Ainaro	16 de março	9	8	(1)	0	1	9
Baucau	23 de março	16	11	(0)	1	0	12
Bobonaro	7 de março	12	12	(1)	0	1	13
Covalima	1 de março	9	9	(4)	0	1	10
Díli	28 de fevereiro	18	18	(1)	1	0	19
Ermera	21 de março	14	14	(2)	0	0	14
Lautém	21 de março	14	14	(3)	0	0	14
Liquiçá	7 de março	7	7	(1)	0	0	7
Manatuto	5 de março	13	12	(7)	0	7	19
Manufahi	23 de março	9	7	(7)	2	1	10
Oecussi	21 de março	7	7	(0)	3	0	10
Viqueque	18 de março	8	6	(0)	1	0	7
TOTAL		144	133	(30)	8	11	152

[1] Alguns projetos foram cancelados em virtude de desastres naturais, alguns foram implementados por outros agentes (por exemplo ONGs) e outros foram implementados no ano anterior.

[2] Alguns dos fundos foram realocados para aumentar o orçamento de outros projetos, pelo

que não são calculados como novos projetos.

1.2 Finanças

1.2.1 Transferência de Alocação do FDL

No dia 30 de setembro de 2011 o MAEOT transferiu o fundo de capital de 3,5 milhões de dólares para contas bancárias de distrito. Até final do ano os compromissos e obrigações finais eram de **3.437.197** dólares. O saldo de 62.803 dólares será devolvido à Autoridade Bancária e de Pagamentos (ver Tabela 5).

Tabela 5: Alocação do Fundo de Capital para 2011

Distrito	Alocação (dólares)	Número de Projetos	Compromissos e Obrigações (dólares)	Saldo das Obrigações
Aileu	165.000	8	153.122	11.878
Ainaro	216.000	10	216.000	0
Baucau	405.000	12	403.319	1.681
Bobonaro	324.000	13	323.930	70
Covalima	218.000	9	217.724	276
Díli	565.000	19	565.000	0
Ermera	414.000	14	394.808	19.192
Lautém	225.000	14	225.000	0
Liquiçá	152.000	7	152.000	0
Manatuto	157.000	19	157.000	0
Manufahi	185.000	10	182.950	50
Oecussi	236.000	10	229.852	6.148
Viqueque	240.000	7	216.493	23.507
TOTAL	3.500.000	152	3.437.197	62.803

1.2.2 Custos Recorrentes

No final de março de 2011 o MAEOT transferiu o orçamento regular de 119.957 dólares para contas bancárias de distrito, a fim de financiar atividades operacionais do PDL (ver Tabela 6).

Tabela 6: Situação em termos de Alocação e Despesa

Distrito	Alocação	Despesa	Saldo
Aileu	8.119	8.119	0
Ainaro	7.596	7.596	0
Baucau	11.792	11.792	0
Bobonaro	12.446	12.446	0
Covalima	9.923	9.923	0
Díli	8.078	8.078	0
Ermera	10.276	10.276	0

Lautém	9.506	9.506	0
Liquiçá	6.434	6.434	0
Manatuto	8.674	8.674	0
Manufahi	9.654	9.654	0
Oecussi	7.473	7.473	0
Viqueque	9.986	9.986	0
Total	119.957	119.957	0.00

1.2.3 Carta de Acordo (CdA) entre o MAEOT e o PAGL

Na reunião do Comité de Orientação de Projeto (COP) realizada a 25 de fevereiro de 2011 as partes acordaram que o PNUD irá: (a) apoiar o recrutamento de treze agentes de planeamento e dois engenheiros nacionais a serem colocados nos distritos e pagos de acordo com as grelhas salariais e benefícios do Governo de Timor-Leste; e (b) financiar parte dos custos operacionais associados com o PDL. Para tal o PNUD contratou um consultor que irá conduzir uma avaliação de capacidade ao MAEOT em maio de 2011. Com base nas recomendações do consultor, o MAEOT e o PNUD assinaram uma Carta de Acordo (CdA) a 12 de agosto.

A assinatura da CdA permitiu ao PAGL financiar em parte os salários dos 42 técnicos nos distritos que haviam sido recrutados por Assembleias Gerais nos últimos anos e para cujos salários não havia fundos suficientes no orçamento do Estado. A contribuição do PAGL possibilitou a continuação destes funcionários essenciais, ao mesmo tempo que o MAEOT levou a cabo ações para garantir que todos eles passarão novamente a ser financiados na totalidade através do Orçamento do Estado a partir de janeiro de 2012. A assinatura da CdA permite também a contratação de mais 13 funcionários a nível de distrito e 2 a nível nacional. A contribuição destes funcionários deverá ser vital uma vez que em 2012 o PAGL passará a cobrir um número muito maior de projetos.

A assinatura desta CdA representa também uma oportunidade para testar as capacidades do MAEOT, tendo em conta a passagem planeada da assistência do PNUD da Modalidade de Implementação Direta (MID) para a Modalidade de Implementação Nacional (MIN) ao longo dos próximos anos. O MF já criou uma conta bancária específica para a transferência dos fundos em conformidade com a CdA. Dado que as modalidades para estas transferências bancárias e para o reporte financeiro através do FreeBalance ainda estão a ser trabalhadas, é provável que a primeira transferência seja feita em princípios de 2012. Todavia os pagamentos diretos aos 42 técnicos foram feitos retroativamente, de forma a cobrir os seus salários durante grande parte do ano de 2011.

1.3 Implementação de Projetos

1.3.1 Processos de Aprovisionamento Local e Implementação de Projetos do PDL

Durante o período de reporte as Assembleias Locais levaram a cabo processos de concurso de acordo com os atuais procedimentos do PDL (ver Tabela 7). Deve ser notado que projetos

com custo inferior a 15.000 dólares não requerem aprovação central por parte do MAEOT; assim sendo, a sua implementação poderá no geral começar em junho. Projetos com custo superior a 15.000 dólares só receberam aprovação em julho, pelo que a sua implementação só poderá começar em agosto. Todos os projetos poderão estar totalmente implementados até 31 de dezembro.

Tabela 7: Fases de Aprovisionamento

Fase de Aprovisionamento	Data (mês)
Preparação de propostas	Março
Anúncio de propostas	Março – abril
Reunião anterior às propostas	3ª semana de março
Vista ao local	4ª semana de abril – 1 de maio
Abertura de propostas	3ª semana de maio
Avaliação dos documentos de propostas	4ª semana de maio – 4 de junho
Assinatura de carta de aceitação	3ª semana de maio – última semana de julho
Adjudicação e contratação a nível local	1ª semana de junho – 1ª semana de agosto

1.4 Processo de planeamento para o AF de 2012

1.4.1 Identificação e priorização de projetos

Em face da aprovação prevista do decreto-lei do PDID (ver Resultado II), em fevereiro de 2011 o MAEOT emitiu o Despacho Ministerial 10/2011, que regula as fases de planeamento para o ciclo de projetos de 2012. O Despacho só regulou as fases iniciais do processo de planeamento, até à entrega de propostas dos Comitês de Desenvolvimento de Sub-Distrito (CSDSs) ao Comité de Desenvolvimento de Distrito (CDD); assumiu ainda que o decreto-lei do PDID estabelecerá dois orçamentos diferentes (dependendo sobretudo da dimensão dos projetos). O facto de o decreto-lei não ter podido ser aprovado durante o ano de 2011 fez com que as fases seguintes do processo de planeamento fossem conduzidas numa espécie de vácuo legislativo, afastando-se consideravelmente das normas anteriores do PDL.

Uma primeira consequência da aplicação do novo Despacho foi que não houve consultas comunitárias a nível de suco, dado que os Conselhos de Suco selecionaram as suas propostas entre as identificadas através dos Planos de Desenvolvimento de Suco (PDS) elaborados em 2010 no seguimento de um processo de consulta com as comunidades relevantes. Desta forma, o novo Despacho estabeleceu que só são necessárias novas consultas quando as comunidades ou conselhos de suco querem propor projetos não incluídos nos PDS.

Todos os projetos propostos pelos sucos, tal como outros propostos por setores operacionais a nível de sub-distrito, foram enviados aos CSDSs. Até 6 de maio de 2011, todas as propostas priorizadas pelos CSDSs foram enviadas às Assembleias Locais para discussão e triagem. As Assembleias Locais e os setores operacionais relevantes conseguiram então finalizar as propostas de Planos de Investimento de Distrito para 2012. No final de maio as Assembleias Locais organizaram Reuniões Integradas de Distrito, nas quais os intervenientes relevantes

foram convidados para discutir os planos de investimento propostos a fim de evitar duplicações de projetos e aumentar as suas capacidades e qualificações técnicas. Os participantes incluíram tanto instituições estatais como não-estatais. Em resultado das reuniões as Assembleias Locais recomendaram 714 propostas de projeto com uma alocação total proposta de 85.211.907 dólares (ver Tabela 8).

Tabela 8: Lista de Reuniões Integradas de Distrito

Distrito	Data da Reunião	Número de Propostas Projetos	de de	Montante total (dólares)
Aileu	25/05/2011	37		5.090.000
Ainaro	26/05/2011	82		7.032.000
Baucau	30/05/2011	50		6.244.000
Bobonaro	27/05/2011	66		8.241.500
Covalima	27/05/2011	73		7.122.900
Díli	25/05/2011	66		13.319.000
Ermera	25/05/2011	64		5.293.828
Lautém	27/05/2011	40		1.816.700
Liquiçá	26/05/2011	37		4.232.000
Manatuto	25/05/2011	26		4.483.000
Manufahi	27/05/2011	66		3.941.600
Oecussi	31/05/2011	47		4.848.700
Viqueque	31/05/2011	60		13.546.679
TOTAL		714		85.211.907

Todas as propostas foram então apresentadas e discutidas numa reunião a nível nacional, a Sessão de Trabalho de Consulta sobre Orçamentos dos Distritos, realizada em Díli nos dias 13 e 14 de junho. Durante esta sessão de trabalho com a duração de dois dias os Administradores de Distrito apresentaram os projetos propostos para os seus distritos. Os ministérios competentes estiveram presentes para fazer as suas apreciações. O principal objetivo da reunião foi sincronizar os planos de investimento de distrito com as iniciativas a nível nacional. Como seguimento à reunião, técnicos da DNDLOT e do PAGL encontraram-se com Administradores de Distrito para classificar e ordenar por ordem de prioridade os projetos propostos. Em resultado disto houve um total de 281 propostas recomendadas para verificação de dados antes do seu envio ao Comité de Revisão Orçamental.

No dia 15 de agosto, sem conduzir a verificação dos dados, a DNDLOT enviou ao Comité de Revisão Orçamental do MF uma lista de 216 projetos propostos sob o PDL (incluindo 150 projetos do PDL e 66 Centros Comunitários), junto com uma segunda lista de 205 projetos propostos para o PDD I (ver Tabela 9). Após a análise do Comité de Revisão Orçamental, 199 dos 216 projetos do PDL foram incluídos na proposta de Orçamento de Estado para 2012, com uma alocação orçamental total de 6.292.910 dólares e 115 projetos com um orçamento

total de 7.415.000 para projetos do PDD I (ver resumo do orçamento do projeto do MAEOT no Anexo 1).

Tabela 9: Número de Projetos e Alocações Orçamentais antes e depois da Comissão de Revisão Orçamental

Distrito	Projetos do PDL (incluindo Centro Comunitário)				Projetos do PDD			
	Propostos pela DNDLOT		Incluídos no Orçamento do Estado		Propostos pela DNDLOT		Incluídos no Orçamento do Estado	
	Número de projetos	Orçam.	N.º de projetos	Orçam.	N.º de projetos	Orçam.	N.º de projetos	Orçam.
Aileu	10	417.477	10	368.000	11	922.000	6	610.000
Ainaro	15	458.463	14	408.000	23	978.000	14	508.000
Baucau	15	770.859	13	652.000	11	860.000	5	420.000
Bobonaro	19	672.881	17	576.000	20	1.145.000	10	585.000
Covalima	18	525.015	17	475.000	18	1.211.400	10	746.000
Díli	16	728.579	14	529.000	21	1.432.000	11	846.000
Ermera	24	847.731	22	748.000	21	1.372.000	15	1.007.000
Lautém	16	498.890	15	429.000	16	525.700	10	416.000
Liquiçá	12	515.874	11	452.000	14	1.020.000	9	525.000
Manatuto	13	381.945	12	356.000	6	660.000	3	160.000
Manufahi	23	406.652	19	354.000	12	830.000	7	535.000
Oecussi	22	561.733	19	464.000	21	1.143.500	9	599.000
Viqueque	13	573.393	12	485.000	11	793.000	6	458.000
TOTAL	216	7.359.492	195	6.296.000	205	12.892.600	115	7.415.000

Em finais de outubro de 2011 iniciou-se o processo de verificação de dados para projetos do PDL e do PDD. Embora a maior parte dos projetos sejam sólidos, as equipas de verificação detetaram alguns casos onde as afetações orçamentais não eram realistas ou onde as condições nos locais dos projetos não eram adequadas para uma boa implementação.

1.5 Atividades de Apoio aos Géneros

Em janeiro o PAGL produziu um manual de formação em géneros em indonésio. Nos dias 19 e 20 de janeiro o PAGL organizou também uma sessão com a duração de dois dias de

Formação de Formadores (FdF), destinada a 10 elementos do PAGL e do MAEOT. O PAGL finalizou o processo de recrutamento para contratar um Especialista em Géneros, o qual deverá chegar em fevereiro de 2012. Muitas das atividades relacionadas com géneros incluídas no PTA de 2011 estão assim a ser reagendadas para o próximo ano.

1.6 Capacitação

1.6.1 *Curso de reciclagem sobre planeamento local, finanças e processos de aprovisionamento*

Com vista a desenvolver capacidades a nível nacional e de distrito, o PAGL organizou e conduziu um curso de reciclagem sobre planeamento local, finanças e processos de aprovisionamento. A sessão visou 24 participantes a nível distrital e central. A formação foi conduzida nos dias 30 de abril e 1 de maio, em Díli. Como continuação desta formação, há funcionários da DNDLOT e do PAGL atualmente a prestar formação a equipas de tesouro e finanças de administração de distrito. Esta atividade está planeada em cinco distritos, tendo já sido concluída em três (Liquicá, Ermera e Oecussi).

1.6.2 *Formação no AutoCAD para Técnicos de Distrito*

Um total de 41 técnicos recebeu formação em conceção de projetos básicos. Foi recrutado um consultor nacional a curto prazo para ajudar as equipas do PDL e da DNDLOT na formação dos participantes. Foram realizadas duas sessões em Díli, respetivamente de 10 a 14 e de 17 a 21 de outubro. O objetivo da formação foi desenvolver as qualificações dos participantes em termos de desenho gráfico e especificação de cálculos.

1.6.3 *Visita de estudo sobre ‘Planeamento Integrado para a Governação Local’ na Indonésia*

Uma equipa composta por 10 funcionários do MAEOT e do PAGL deslocou-se à Indonésia durante uma semana (15 a 22 de dezembro de 2011) para receber formação em ‘Planeamento Integrado para a Governação Local’. A formação foi conduzida no Centro de Formação Satunama em Yogyakarta, com o objetivo de ajudar participantes a entender os conceitos, princípios e modelos alternativos de planeamento de desenvolvimento integrado e a terem um panorama de quadros legislativos e conceptuais para conceção, implementação e monitorização de projetos.

Resultado 2: Política e Legislação

“Apoio prestado ao GTL para o estabelecimento de um quadro institucional, legal e regulador apropriado e abrangente para o governo local”

2.1. Apoio continuado à Legislação sobre Governo Local

A finalização de alguns documentos da política e dos quadros legislativos sobre descentralização e governo local foi suspensa pelo Governo no seguimento do adiamento das

eleições municipais em abril de 2010. O PAGL concentrou assim os seus esforços no apoio a outros documentos legislativos referentes à melhoria do quadro atual de GFP e não ao estabelecimento de municípios futuros.

Enquanto se aguarda a contratação de um assessor técnico foi contratado um consultor durante períodos críticos do ano, de modo a apoiar a redação do PDID (ver 2.2). Foi ainda recrutada uma assessora legal, a qual deverá entrar em funções no dia 3 de janeiro de 2012. No seguimento da aprovação do PDID, a assessora legal apoiará a redação legal da legislação subsidiária necessária.

2.2. Apoio ao Processo de Redação e à Aprovação do Decreto-Lei do PDID

O PAGL apoiou o MAEOT na redação de um decreto-lei sobre Planeamento de Desenvolvimento Integrado de Distrito (PDID), tendo sido recrutado um consultor legal para ajudar a redigir e a enviar o PDID. O PDID integra programas que abrangem todo o sector (tais como o PDD) com programas de baixo para cima (tais como o PDL). O PDID também uniformiza e harmoniza processos de desenvolvimento local e procedimentos de planeamento local, aprovisionamento, gestão financeira, implementação e fiscalização, fazendo tanto uso quanto possível das regras e normas do PDL.

A proposta de Decreto-Lei sobre o PDID foi inicialmente apresentada ao Conselho de Ministros (CdM) em Outubro de 2011, com o objetivo de obter contribuições de ministérios operacionais. Em novembro foi estabelecido um grupo de trabalho (GT) composto por funcionários superiores do MAEOT e do MF (explicado em maior detalhe no ponto 2.4.3) com o intuito de continuar a discutir e de finalizar o PDID. O PDID foi eventualmente aprovado pelo CdM a 11 de janeiro de 2012, sendo que à altura da elaboração do presente relatório estava a aguardar promulgação por parte do Presidente da República e subsequente publicação. O Anexo 6.2 contém um breve resumo do PDID aprovado.

2.3. Apoio à Produção de Legislação Secundária

2.3.1 Despacho Ministerial sobre o Processo de Planeamento

Antecipando a aprovação do decreto-lei do PDID, em princípios de 2011 o PAGL apoiou o Ministério na redação do Despacho Ministerial N.º 10/2011, que regula o processo de planeamento para o ciclo de projetos de 2012. O despacho faz uso da norma de planeamento do PDL mas abrange apenas os passos iniciais do processo de planeamento, até ao envio de propostas prioritárias a assembleias de distrito por parte de comités de desenvolvimento de sub-distrito e departamentos sectoriais a nível de distrito. Estabelece também que a identificação de projetos a nível de suco deve ter em conta os Planos de Desenvolvimento de Suco redigidos em 2010 através de um processo comunitário participativo.

2.3.2 Revisão de Diretivas do MAEOT sobre Contratos Comunitários

O PAGL ajudou o MAEOT na revisão das suas diretivas sobre Contratos Comunitários, com o intuito de assegurar que estas diretivas cumprem o Decreto-Lei N.º 18/2011 que

estabeleceu o PDD I e o PDD II. Algumas alterações importantes estabelecem um limite de 15.000 dólares até ao qual os contratos são obrigatoriamente adjudicados para implementação comunitária, bem como um limite de 75.000 dólares até ao qual são usados contratos comunitários sempre que tal seja tecnicamente viável. Outra alteração importante é que o Comité de Implementação de Projeto poderá solicitar até 75% do total dos fundos alocados antes do início do projeto. A versão revista das diretivas aguarda aprovação do Ministro.

2.4. Desenvolvimento Político

2.4.1 Desenvolvimento Comunitário (DC)

Durante a segunda metade do ano o PAGL esteve envolvido num processo de discussão sobre o estabelecimento de uma política governamental relacionada com um mecanismo nacional para acelerar um processo de Desenvolvimento Comunitário (DC). A contribuição do PAGL incluiu prestar comentários a respeito do desenvolvimento de uma nota conceptual por parte do Governo. Como parte deste debate o PAGL participou também numa sessão de trabalho com a duração de dois dias em novembro. As contribuições do PAGL incidiram no modo como qualquer quadro para programas de DC no futuro deverá ser parte integrante do processo do PDID, para que diferentes programas e processos possam ser ligados sob uma estratégia comum.

Esta discussão parece ser extremamente oportuna, uma vez que está previsto que arranque em 2012 um novo programa que poderá receber apoio financeiro substancial da AusAid e possivelmente de outros parceiros de desenvolvimento, com o primeiro ciclo de projetos a ser implementado em todos os sucos em princípios de 2013. A 18 de janeiro de 2012, durante a redação do presente relatório, o CdM aprovou uma Resolução Governamental a respeito de um mecanismo nacional para acelerar o desenvolvimento comunitário. A resolução governamental endossa oficialmente a nota conceptual referida e procura complementar os planos de desenvolvimento existentes para que, com um envolvimento ativo dos cidadãos, consiga garantir uma intervenção equitativa em todas as comunidades de Timor-Leste.

2.4.2 Grupo de Trabalho sobre Governação Local (GTGL)

O GTGL foi iniciado pela Irish Aid em julho de 2011 com o objetivo de reunir todas as organizações que trabalham em questões relacionadas com governação local. O GTGL reúne-se todos os meses e funciona também como um fórum para capacitação dos membros em questões de desenvolvimento referentes a governação local.

2.4.3 Grupo de Trabalho Técnico (GTT) sobre Descentralização Fiscal

Conforme referido (no ponto 2.2), este Grupo de Trabalho (GT) é composto por funcionários superiores do Ministério das Finanças (MF) e do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território (MAEOT) e foi estabelecido em setembro para discutir questões relacionadas com a Descentralização Fiscal, incluindo a proposta de Decreto-Lei do PDID e notas conceptuais de DC. Este GTT deverá ter uma ação a longo prazo, pelo que o grupo desenvolveu e discutiu Termos de Referência a respeito da condução de uma sessão de trabalho sobre Descentralização Fiscal em princípios de 2012.

Resultado 3: Apoio à Implementação de Reformas de Governo Local

“Apoio prestado ao GTL em prol da implementação de reformas de governo local”

O PAGL continuou a prestar apoio ao MAEOT na implementação de comunicações e de educação cívica com incidência na governação local e no processo de descentralização, assegurando também que a imprensa cobre as atividades conjuntas do PAGL-MAEOT. Foi elaborada uma nova estratégia de comunicações envolvendo todas as Direções relevantes do Ministério, tendo sido apresentada durante uma sessão de trabalho conjunta em janeiro de 2011. O principal objetivo da estratégia é melhorar a adaptação das iniciativas de contato, comunicação social e educação cívica ao cenário atual do projeto, especificamente em termos de mensagens principais, audiência, produções, atividades e sistema de monitorização.

3.1. Produção de Materiais de Comunicação Social (MCS)

3.1.1 Programa Mensal de Rádio

Sete edições do programa mensal de rádio comunitária (“Desenvolvimento com Descentralização”) foram produzidas, distribuídas e transmitidas a nível nacional e comunitário, por via de uma rede de 16 Rádios Comunitárias (ver Tabela 10).

Tabela 10: Lista de Programas de Rádio produzidos durante o período de reporte

N.º	Tópico do Programa de Rádio	Edição / data
1	O Governo faz uma alocação de 3,5 milhões de dólares para o fundo de desenvolvimento local	Janeiro / fevereiro
2	Os distritos e sub-distritos recebem as novas caixas de informações e sugestões sobre governo local, desenvolvimento e descentralização	Março
3	O PDL faz a diferença a nível da educação: a história da Escola Secundária de Vemasse – com uma entrevista exclusiva ao Diretor da Irish Aid, Sr. Eoghan Walsh.	Abril
4	O PDD e o PDL avançam rumo à integração – com uma entrevista exclusiva ao Ministro Arcângelo Leite, ao Administrador de Manufahi e ao Chefe de Departamento da DNDLOT	Maio
5	O MAEOT conclui a Avaliação das Condições Mínimas nos distritos relativamente ao Programa de Desenvolvimento Local	Junho
6	Novo mobiliário entregue a centros de saúde no distrito de Liquiçá, com um projeto apoiado pelo PDL	Setembro
7	Formação para 42 técnicos do PDL dos 13 distritos	Outubro / novembro

3.1.2 Boletim Mensal

Sete edições do boletim mensal, em tétum e inglês, foram produzidas (ver Tabela 11) e distribuídas aos distritos, sub-distritos, ONGs, Instituições da ONU, ministérios operacionais, Parlamento Nacional, universidades e comunidade de parceiros de desenvolvimento, tendo também sido colocadas no portal eletrónico do MAEOT e no portal eletrónico global do UNCDF.

Tabela 11: Lista de Tópicos dos Boletins Mensais

N.º	Tópico do Boletim Mensal	Edição / Data
1	<ul style="list-style-type: none">▪ Novo módulo de formação do PDL sobre governação local atenta à questão dos géneros▪ Normas revistas irão harmonizar procedimentos do PDL-PDD▪ "As nossas plantações de café estão agora protegidas contra as cheias"▪ Nova estratégia de comunicações a ser aprovada em breve	Fevereiro
2	<ul style="list-style-type: none">▪ Governo de Timor-Leste faz uma alocação de 3,5 milhões de dólares ao Fundo de Desenvolvimento Local▪ O PID abrirá uma nova etapa de Desenvolvimento Local em Timor-Leste▪ Breve história da colaboração entre o Ministério da Administração Estatal e o PAGL	Março
3	<ul style="list-style-type: none">▪ Nova Caixa de Informações e Sugestões é uma oportunidade para as comunidades▪ Arranque a campanha de comunicação sobre a Caixa de Informações▪ A abordagem à Governação Local faz a diferença em Manufahi	Abril
4	<ul style="list-style-type: none">▪ As assembleias locais atribuirão em breve 144 projetos do PDL para 2011▪ "Um país sem educação é um país sem futuro"▪ Um chefe de suco explica de que forma a construção proposta de uma escola secundária se tornou realidade▪ Perfil de distrito: Baucau	Mai / junho
5	<ul style="list-style-type: none">▪ O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território completa a Avaliação de Condições Mínimas do PDL nos distritos▪ Distritos discutem o Orçamento para 2012 com vista a um planeamento integrado	Julho
6	<ul style="list-style-type: none">▪ A monitorização por parte das assembleias locais é essencial para a implementação de projetos do PDL▪ Novo mobiliário entregue a 21 centros de saúde e clínicas em Liquiçá	Agosto / setembro

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perfil de distrito: Liquiçá 	
7	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Início da verificação e implementação do PDL 2011/2012 ▪ O fortalecimento da capacidade dos técnicos do Programa de Desenvolvimento Local (PDL) ajudará a prestar melhores serviços comunitários ▪ Decreto-Lei do PDID apresentado ao Conselho de Ministros 	Outubro / novembro

Comparativamente com 2010 houve um maior número de notícias e histórias emitidas, distribuídas aos meios de comunicação social nacionais e colocadas no portal eletrónico do MAEOT. Foram produzidas oito notícias em tétum, inglês e português: quatro foram publicadas no portal eletrónico do PNUD TL e quatro no portal eletrónico global do UNCDF.

Uma nova versão a Folha de Factos do PAGL, com valores atualizados e melhor conteúdo, foi produzida, impressa e distribuída aos principais parceiros e intervenientes nacionais, locais e internacionais durante o primeiro semestre de 2011. Os materiais de impressão do PAGL 2012, tais como a pasta e o caderno, foram impressos durante a data de reporte, à exceção do calendário de 2012, cuja impressão foi adiada devido a um problema técnico por parte da empresa vencedora da adjudicação.

A Unidade de Comunicações também monitorizou a cobertura do processo de descentralização na imprensa, rádio e televisão nacionais. Uma nova Lista de Verificação de Comunicações foi produzida em colaboração com o MAEOT (DNDLOT) e distribuída aos 13 distritos com a equipa do PDL. O principal objetivo da lista de verificação foi receber pareceres das Autoridades Locais de Distrito a respeito do impacto e da disseminação de programas de rádio, boletins mensais, pósteres e instalação das caixas de informações, bem como receber sugestões sobre publicações e produções futuras, incluindo um documentário vídeo e a organização de sessões de trabalho temáticas. Os resultados relativos aos dados recolhidos (ver Tabela 12) serão usados durante a preparação do Plano de Trabalho e Orçamento para 2012, a fim de melhor refletir as necessidades de informações e contactos, bem como as prioridades no terreno.

Tabela 12: Resumo dos pareceres de inquiridos à Lista de Verificação de Comunicações para 2011

Tipo de Materiais de EIC	Análise Breve
Boletim Mensal	O boletim mensal fornece detalhes importantes sobre informações e dados relativamente ao processo de desenvolvimento local em Timor-Leste. Este boletim já chegou aos distritos e aos sub-distritos, sendo sugerido que possa agora ser alargado aos sucos, aldeias e bairros, já que as comunidades rurais precisam estar a par do desenvolvimento local atual e futuro em Timor-Leste.
Programa Mensal	O programa mensal de rádio traz uma abordagem única à disseminação

de Rádio	de informações sobre o processo de desenvolvimento às zonas rurais, uma vez que uma parte significativa das comunidades rurais não sabe ler nem escrever. Esta abordagem por via eletrónica permite às pessoas com aparelhos de rádio ficarem a par das notícias relativamente ao PDD e ao PDL.
Painel de Informações	O painel de informações é uma ferramenta útil de partilha de informações para ajudar os habitantes locais a aceder a diversas informações, incluindo sobre projetos do PDD e do PDL, bem como a anúncios de fundos do PDL, anúncios de vagas e informações úteis de outras instituições estatais e não estatais nos distritos, como por exemplo ONGs.

Para lá disto, o PAGL apoia o Ministério na reformulação e renovação do portal eletrónico do ministério, incluindo a inserção de novas galerias de fotografias e a diminuição do número de seções, tornando assim o portal mais atrativo e consideravelmente mais fácil de utilizar. Com vista a manter e desenvolver o portal eletrónico do ministério foi ainda produzido um manual e cinco (5) dos funcionários ministeriais receberam formação relativamente à manutenção e desenvolvimento do portal no futuro.

3.2.Educação Cívica sobre Governação Local

Com o adiamento das eleições municipais para 2013/14, as atividades de educação cívica foram reduzidas e a maior parte delas incidiu em iniciativas diferentes com vista a sensibilizar os envolvidos para os princípios essenciais de Governação Local tais como transparência, processo participativo de baixo para cima e responsabilização na implementação de projetos de desenvolvimento local.

Em particular as novas Caixas de Informações e Sugestões do Ministério foram distribuídas em todos os distritos e sub-distritos em março, sob a supervisão do PAGL. A equipa organizou uma campanha de comunicação intensiva, com a produção e distribuição a nível de distrito e sub-distrito de um póster ilustrado concebido por um cartunista internacional. O PAGL desenvolveu ainda uma edição especial do Programa de Rádio Comunitária e uma versão mais longa e mais detalhada do Boletim, bem como uma folha de factos específica sobre a iniciativa. Foram ainda organizadas duas apresentações e sessões de trabalho sobre as Caixas de Sugestões em Díli: a primeira destinada aos 13 Administradores de Distrito e a segunda para os 65 Administradores de Sub-Distrito. A primeira recolha de sugestões, propostas e reclamações canalizadas através da Caixa foi conduzida em meados de setembro, tendo sido recebida apenas uma carta de reclamação proveniente de Oecussi. O PAGL está de presente a analisar a carta recebida, após o que discutirá com o MAEOT se os procedimentos atuais devem ser atualizados ou se o uso de caixas de informações deve mesmo ser interrompido.

Um Programa de Aprendizagem sobre atividades relacionadas com comunicações foi organizado entre os meses de março e maio, em colaboração com o Centro de Formação do UNMIT, visando os 12 Pontos Focais de Comunicações nas diferentes Direções do MAEOT.

O curso abrangeu vários tópicos, incluindo trabalho de equipa, gestão de prioridades e aulas de introdução ao uso do PowerPoint e do Microsoft Publisher.

RESULTADO 4: Gestão de Programa

4.1. Processos de Recrutamento

Durante 2011 foram iniciados vários processos de recrutamento e foram anunciadas várias posições. Foram finalizados processos de recrutamento para as posições de Coordenador do PDL (janeiro de 2011), Associado de Política e Legislação (maio), Gestor de Programa (julho, embora a posição tenha sido eliminada em dezembro), Associado de Comunicações (julho) e Assessor Técnico Principal (ATP). As posições seguintes foram preenchidas em princípios de janeiro de 2012, tendo os candidatos selecionados já entrado em funções aquando da elaboração do presente relatório: Assessor Legal, Associado de Infraestruturas e Motorista. Por fim, é também esperado que em princípios de 2011 sejam finalizados os processos de recrutamento relativos às posições de Gestor de Operações, Agente de M&A, Assessor de Géneros e Coordenador de Motoristas.

4.2. Outras questões

Devido à reestruturação interna no seio do MAEOT, a Unidade de Operações e a maior parte da equipa do PDL passaram para um novo gabinete pré-fabricado em abril de 2011. Atualmente a equipa está espalhada por vários edifícios no mesmo complexo ministerial.

O MAEOT recebeu mobiliário de escritório que já não era usado, tendo-o distribuído a gabinetes de sub-distrito no distrito de Díli.

VII. RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCRETIZAÇÕES E DAS LIÇÕES APRENDIDAS EM 2011

Desde 2010 o contexto da governação local tem-se desenvolvido de uma forma que não era esperada aquando da conceção do projeto em 2006. Em particular, a velocidade rumo ao estabelecimento de municípios abrandou consideravelmente, tendo o foco passado para um aumento substancial do financiamento para pequenos projetos de infraestruturas a serem planeados e implementados a nível local. Neste contexto, as principais concretizações e lições aprendidas pelo PAGL em 2012 foram as seguintes:

Concretizações

➤ Apoio à expansão em seis frentes dos procedimentos de planeamento de baixo para cima

Ao apoiar a redação e a implementação de novas normas de planeamento (Despacho 10/2011) e de discussões políticas gerais em torno do PDID, o PAGL contribuiu para estender o processo de planeamento de baixo para cima no ano de 2012 a um número muito maior de projetos, num total de quase 20 milhões de dólares (comparativamente

com 3,5 milhões em 2011). Deste modo, e embora o processo de planeamento tenha estado longe de ser perfeito durante este ano inicial de aplicação as novas normas, o PAGL estabeleceu as bases para alargar a sua influência para lá do PDL, abrangendo uma gama de projetos muito mais vasta do que a que será implementada a nível local pelo MAEOT em 2012. Isto vai de encontro à meta de fortalecer a eficiência e efetividade gerais dos recursos de capital do governo.

➤ **Provisão de apoio vital à redação do PDID**

Embora o Decreto-Lei do PDID ainda não esteja aprovado, a vontade política demonstrada pelo MAEOT e o apoio técnico prestado pelo PAGL permitiram finalmente a preparação da proposta de decreto-lei ao CdM em outubro. As conversações em curso entre o MAEOT e o MF deverão acabar por levar a uma abordagem integrada acordada que permitirá a ligação de programas de planeamento horizontal (por exemplo o PDL) a programas de planeamento com transversalidade sectorial. Entre outros aspetos importantes da atual versão do PDID encontram-se provisões que permitem planeamento plurianual e o estabelecimento de um Sistema de Verbas com Base no Desempenho (SVBD).

➤ **Assinatura da CdA**

A CdA assinada entre o PNUD e o MAEOT constitui um passo importante no relacionamento entre as duas instituições, conforme se pode ver no início da transição das Modalidades de Implementação Direta (MIDs) para as Modalidades de Implementação Nacional (MINs). Isto permitirá testar a capacidade do MAEOT para levar a cabo atividades de acordo com procedimentos anteriormente acordados com o PAGL. Assim que estes procedimentos se tornem prática normal para o MAEOT, os montantes abrangidos pela CdA poderão ser aumentados gradualmente até se chegar a uma transição plena para as MINs.

Lições Aprendidas

➤ **Necessidade de aprovar atempadamente legislação subsidiária**

O ano de 2011 foi marcado pela incerteza contínua relativamente à aprovação do PDID e do decreto-lei sobre aprovisionamento. Embora o ano de 2012 tenha começado de forma auspiciosa com a aprovação do decreto-lei do PDID a 11 de janeiro, será essencial que os documentos legislativos subsidiários relacionados sejam aprovados rapidamente de modo a permitir um arranque ordeiro da fase de planeamento para projetos de 2013 e da fase de implementação para projetos de 2012. O ideal será que ambas as fases tenham começado até fevereiro. O PAGL está de presente a prestar apoio à redação inicial dos documentos legislativos subsidiários relevantes, com o intuito de assegurar uma aprovação atempada e de iniciar a sua implementação.

➤ **Necessidade de garantir o bom cumprimento dos procedimentos de planeamento estabelecidos**

Durante 2011 o planeamento de baixo para cima foi alargado de forma muito significativa. Todavia circunstâncias excepcionais (tais como a incerteza e o vácuo legislativo que acompanharam a demora na aprovação do PDID) fizeram com que a adesão aos procedimentos de planeamento fosse assaz flexível (as subsecções 1.1.4 e 1.4.1 deste relatório contêm explicações detalhadas sobre isto). Uma vez que estão a ser redigidos novos procedimentos para todo o PDID, será importante garantir que estes são devidamente entendidos e seguidos por todos os intervenientes, não obstante os desafios colocados pelo ano eleitoral. Será também necessário estabelecer um mecanismo de coordenação com o próximo programa de DC; aqui poderá ser útil ter um processo de planeamento comum para o PDL, com o foco de ambos os programas a estar possivelmente em projetos de valor superior a 50.000 dólares, deixando a responsabilidade por projetos mais pequenos para o novo programa de DC quando este for implementado em 2013.

➤ **Necessidade de definir se o PAGL deve apoiar sobretudo a implementação de projetos do PDL ou se deve alargar também o seu apoio ao PDD**

É importante para o PDL continuar a sua transformação de programa piloto para apoio pleno às atividades globais do MAEOT na área de projetos de infraestruturas e prestação de serviços. Ao mesmo tempo, a legislação atual nem sempre é propícia a estes processos de transformação, uma vez que a implementação do PDD seguiu diferentes procedimentos de aprovisionamento. Neste contexto o PAGL já pode prestar apoio a todo o processo de planeamento, ao passo que o apoio do PAGL ao processo de implementação de programas que não o PDL poderá depender da versão final do decreto-lei sobre Aprovisionamento. Será importante para o PAGL manter um diálogo regular com o MAEOT sobre isto e estar pronto a alargar o seu apoio para lá do PDL assim que a legislação se torne propícia a tal.

➤ **Necessidade de começar rapidamente a discutir com o governo atual e com o próximo governo o possível papel a mais longo prazo do PAGL**

Não houve reformas a nível de governo local durante o curso original do PAGL e não é provável que venha a haver durante os dois anos da sua extensão. Por volta de agosto de 2012 deverá ser formado um novo governo, o que significa que as suas primeiras decisões importantes só deverão começar a ser tomadas durante 2013. Para o PAGL será vital começar a trabalhar com o novo governo e discutir o possível papel que o programa poderá vir a ter durante o próximo ciclo do UNDAF (2014 a 2018). Isto pode incluir apoio a reformas de governo local (caso estas ganhem novo ímpeto) ou formas alternativas de ajudar o governo a melhorar a sua GFP / GDP a nível sub-nacional.

VIII. O FUTURO: EXTENSÃO DE PROJETO E PLANO DE TRABALHO PARA 2012

A duração do PAGL é de 2007 a 2011. Todavia, em princípios de 2011 o GTL solicitou uma extensão de dois anos, até ao final de 2013. Foram conduzidas duas missões do UNDCF-

PNUD, respetivamente em maio e junho, com vista a iniciar a conceção do novo projeto, o qual foi finalizado em novembro. O Comité de Orientação de Projeto (PSC) reuniu-se a 13 de dezembro para analisar e aprovar o documento de extensão de projeto.

A extensão foi negociada por um período limitado de dois anos, a fim de alinhar o projeto com o ciclo do UNDAF mas sobretudo para levar em conta o facto de que 2012 será um período de transição, com eleições presidenciais e legislativas e com a formação de um novo governo. Isto significa que possivelmente não poderão ser tomadas decisões políticas importantes antes do final de 2012. Deste modo, é provável que só em 2013 fique claro o que Timor-Leste quer fazer em termos de descentralização e com que velocidade pretende realizar as reformas.

Por esta razão a extensão de projeto não inclui o Resultado 3 (Implementação de Reformas de Governo Local) e as atividades de comunicação e alcance do público tornaram-se questões transversais.

A extensão de projeto inclui em vez disso um maior foco no Desenvolvimento Local, sobretudo no que diz respeito à criação de um ambiente propício a um maior envolvimento comunitário em processos estatais. Todavia é importante constatar que muitas das atividades propostas que estarão relacionadas com este foco alargado do PDL ainda não têm financiamento. Deste modo, o PTA para 2012 não incluirá estas atividades até que haja indicações concretas de que conseguirão encontrar um parceiro de desenvolvimento.

Durante a reunião do COP o Ministro explicou que 2012 será o último ano do PDL, uma vez que todos os atuais programas de desenvolvimento terão de ser inseridos no novo quadro do PDID. Nesta perspetiva, o Ministro solicitou que o PAGL incida no apoio a todo o processo do PDID.

Os aspetos relevantes da proposta da PTA para 2012 foram discutidos na última reunião do COP realizada a 13 de dezembro de 2011. O Anexo 6.3 contém o plano aprovado.

PARTE II: DESEMPENHO FINANCEIRO

O Gabinete do MPTF, na qualidade de Agente Administrativo do **Programa Conjunto de Timor-Leste relativo ao Programa de Apoio à Governação Local (PAGL)**, recebe, administra e gere contribuições de parceiros de desenvolvimento e desembolsa estes fundos para Organizações Participantes, de acordo com as decisões do Comité de Orientação. Envia igualmente relatórios consolidados anuais que informam os parceiros de desenvolvimento sobre o total das contribuições recebidas, transferências feitas para Organizações da ONU Participantes para a implementação de projetos aprovados e despesas incorridas com estes projetos. O presente relatório financeiro abrange apenas os fundos recebidos através da modalidade de financiamento indireto (isto é, contribuições da Irish Aid).

1. Panorama Financeiro

Durante o período de reporte, de 1 de janeiro a 31 de dezembro, as contribuições dos parceiros de desenvolvimento (da Irish Aid) totalizaram 409.050 dólares, o que elevou as contribuições acumuladas para 1.968.873 dólares. Deste montante, o Agente Administrativo (Gabinete do MPTF) transferiu 1.036.604 dólares para o Programa Conjunto (PC) de Timor-Leste relativo ao PAGL.

Para lá das contribuições dos parceiros de desenvolvimento, o Programa Conjunto recebeu também fundos resultantes dos juros obtidos a partir dos saldos de fundos. Os “juros a partir de fundos” englobam dois recursos de juros: (1) juros obtidos a partir do saldo de fundos detidos pelo Agente Administrativo; e (2) juros obtidos a partir do saldo de fundos detidos por Organizações Participantes, nos casos em que as Normas e Regras Financeiras da Organização Participante permitam o envio de juros. Até ao final de 2011 o Fundo gerou juros no montante de 11.950 dólares (em 2011 foram recebidos 2.942 dólares), sendo que as Organizações Participantes geraram de 18.116 dólares (5.747 dólares em 2011), elevando o total de juros acumulados para 30.066 dólares.

A taxa do Agente Administrativo é de 1 por cento das contribuições recebidas dos parceiros de desenvolvimento. A 31 de dezembro de 2011 tinha sido cobrado um total acumulado de taxas do Agente Administrativo no montante de 19.689 dólares. Deste valor, 4.091 dólares foram cobrados em 2011. É importante notar que os juros acumulados são superiores à taxa do Agente Administrativo.

A Tabela 13 apresenta um panorama das fontes, usos e saldo gerais dos fundos de Timor-Leste relativos ao PAGL a 31 de dezembro de 2011.

Tabela 13 – Panorama Financeiro do PC de Timor-Leste relativo ao PAGL a 31 de Dezembro de 2011 (em dólares)

	Anos anteriores, em 31 de dezembro de 2010	Ano atual de janeiro a dezembro de 2011	TOTAL
Fontes de Fundos			
Contribuições Brutas dos Parceiros de Desenvolvimento	1.559.823	409.050	1.968.873
Juros Gerados por Fundos	9.008	2.942	11.950
Juros Gerados por Organizações Participantes	12.369	5.747	18.116
Reembolsos por parte do Agente Administrativo (Juros / Outros)	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-
Total: Fontes de Fundos	1.581.200	417.739	1.998.939
Uso de Fundos			
Transferência para Organizações Participantes	507.621	1.036.604	1.544.225
Reembolsos recebidos de Organizações Participantes	-	-	-
Valor Líquido Financiando a Organizações Participantes	507.621	1.036.604	1.544.225
Taxas do Agente Administrativo	15.598	4.091	19.689
Custos Diretos	-	-	-
Pagamentos Bancários	-	20	20
Outras Despesas	-	-	-
Total: Usos de Fundos	523.219	1.040.715	1.563.934
Saldo dos Fundos detidos pelo Agente Administrativo	1.057.981	(622.975)	435.006
Valor Líquido Financiando a Organizações Participantes	507.621	1.036.604	1.544.225
Despesas de Organizações Participantes	705.104	291.594	996.698
Saldo dos Fundos detidos por Organizações Participantes	(197.483)	745.010	547.527

2. Contribuições de Parceiros de Desenvolvimento

A Irish Aid, o parceiro de desenvolvimento do PC de Timor-Leste relativo ao PAGL,

transferiu um total de 1.968.873 dólares para o Gabinete do MPTF até 31 de dezembro de 2011. O total das contribuições em 2011 foi de 409.050 dólares, conforme se pode ver na tabela seguinte:

Tabela 14 – Contribuições de Parceiros de Desenvolvimento (em dólares)

	Anos anteriores, em 31 de dezembro de 2010	Ano atual de janeiro a dezembro de 2011	TOTAL
IRISH AID	1.559.823	409.050	1.968.873
Total	1.559.823	409.050	1.968.873

3. Transferência de Financiamento Aprovado para Organizações da ONU Participantes

Em 2011 o total do valor líquido financiado transferido para Organizações da ONU Participantes foi 1.036.604 dólares, o que elevou o valor acumulado para 1.544.225 dólares. O termo “valor líquido financiado” diz respeito a montantes transferidos para uma Organização Participante menos os reembolsos de saldos não gastos por parte da Organização Participante. A tabela 3 apresenta a discriminação acumulado de financiamento por Organização da ONU Participante a 31 de dezembro de 2011.

Tabela 15 – Transferências / Valor Líquido Financiado por Organização Participante a 31 de Dezembro de 2011 (em dólares)

Organizaçã o Participante	Anos anteriores, em 31 de dezembro de 2010		Ano atual de janeiro a dezembro de 2011		TOTAL	
	Valor Aprovedo	Valor Líquido Financiado	Valor Aprovedo	Valor Líquido Financiado	Valor Aprovedo	Valor Líquido Financiado
UNCDF	1.280.281	320.000	518.302	518.302	1.798.584	838.302
PNUD	912.436	187.621	518.302	518.302	1.430.738	705.923
Total	2.192.718	507.621	1.036.604	1.036.604	3.229.322	1.544.225

4. Despesa Reportada por Organizações Participantes

As despesas com o projeto incorridas e monitorizadas por cada Organização Participante são reportadas segundo as seis categorias de reporte harmonizado de despesas entre instituições, conforme aprovado pelas organizações do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas

(GDNU).

Todas as despesas reportadas para o ano de 2011 foram submetidas pelas Sedes das Organizações da ONU Participantes através do UNEX, o Portal do Gabinete do MPTF para reporte de despesas de Organizações Participantes. As despesas foram extraídas e analisadas pelo Gabinete do MPTF e verificadas pelo Agente Administrativo com autoridade delegada.

4.1. Despesa Geral e Taxas de Prestação Financeira

Do valor líquido transferido acumulado de 1.544.225 dólares, o total da despesa acumulada foi de 996.698 dólares. Deste total, 291.594 dólares foram reportados para 2011, o que constitui uma taxa de prestação de 64,54% no final de 2011, conforme se pode ver na tabela seguinte.

Tabela 16 – Taxa de Prestação Financeira para 2011 e total acumulado a 31 de Dezembro de 2011 (em dólares)

Programa Conjunto	Valor Líquido Financiado	Despesa			Taxa de Prestação (%)
		Anos anteriores, em 31 de dezembro de 2010	Ano atual de janeiro a dezembro de 2011	Total	
PC Timor-Leste PAGL	1.544.225	705.104	291.594	996.698	64,54
Total	1.544.225	705.104	291.594	996.698	64,54

4.2. Total da Despesa Reportada por Categorias

A Tabela 5.1 mostra a despesa do Programa Conjunto em seis categorias acordadas pelas organizações do GDNU. A maior categoria de despesa foi o pessoal (1.074.079 dólares), seguida pelos materiais, matérias-primas, equipamentos e transportes (207.576 dólares). Os custos de apoio indireto cobrados pelas Organizações da ONU Participantes foram em média 12,07 por cento do total dos custos do programa para o mesmo período. Isto deveu-se sobretudo a políticas de contabilidade adotadas pelas instituições, com os custos indiretos a serem cobrados na totalidade aquando da receção das contribuições. No final do programa haverá lugar a uma reconciliação com o intuito de garantir que o total dos custos indiretos

cobrados ao longo dos anos não ultrapassa os 7 por cento.

Tabela 16.1 – Total da Despesa por Categorias (em dólares)

Categoria	Despesa			% dos Custos Totais do Programa
	Anos anteriores, em 31 de dezembro de 2010	Ano atual de janeiro a dezembro de 2011	Total	
Materiais, Matérias-primas, Equipamentos e Transportes	165.123	42.453	207.576	23,34
Pessoal	892.225	181.855	1.074.079	120,77
Formação de Congéneres	-	9.830	9.830	1,11
Contratos	-	-	-	-
Outros Custos Diretos	(439.971)	37.854	(402.116)	-45,21
Custos Totais do Programa	617.377	271.992	889.369	100,00
Custos de Apoio Indireto	87.726	19.602	107.329	12,07
Total	705.104	291.594	996.698	

4.3. Taxas de Prestação Financeira por Organização Participante

A despesa acumulada do PC do PAGL em Timor-Leste reportada por Organizações Participantes relativamente ao ano a 31 de dezembro de 2011 foi de 291.594 dólares. Deste montante, o UNCDF reportou a despesa de 4.339 dólares com o Agente Administrativo (prestação de 0,52%). A razão da baixa prestação deve-se ao facto de as despesas incorridas pelo UNCDF em 2009, 2010 e 2011 terem sido cobertas por contribuições recebidas antes de 2009, as quais não estão refletidas no presente relatório. O PNUD reportou uma despesa de 992.359 dólares (prestação de 140,58%). Isto acontece já que ainda não foi feita a retificação da despesa do PNUD antes de 2009. Como tal, os montantes contidos no presente relatório continuam a incluir contribuições anteriores a 2009.

A tabela seguinte contém detalhes sobre isto.

Tabela 16.2 – Acumulado da Taxa de Prestação Financeira por Organização Participante a 31 de Dezembro de 2011 (em dólares)

Título do Programa Conjunto	Organização Participante	Valor Total Aprovado	Valor Líquido Financiado	Total da Despesa	Taxa de Prestação (%)
PC Timor-Leste PAGL	UNCDF	2.001.063	838.302	4.339	0,52
	PNUD	1.633.218	705.923	992.359	140,58
Total		3.634.281	1.544.225	996.698	64,54

4.4. Total da Despesa por Organização Participante, com discriminação por Categorias

O UNCDF reportou despesas de apenas 4.339 dólares para o Agente Administrativo no período de 2009 a 2011, uma vez que a totalidade das suas despesas foi coberta com contribuições recebidas antes de 2009. Os custos totais do programa para o PNUD durante três anos foram de 923.399 dólares. Deste total, 552.972 dólares (59 por cento) foram gastos com pessoal, 236.766 dólares (25 por cento) foram gastos com outros custos diretos, 153.831 dólares (16 por cento) foram gastos com materiais, matérias-primas, equipamentos e transportes, e 9.830 dólares (1 por cento) foram gastos com a formação de congéneres.

Tabela 16.3 – Despesa por Organização Participante, com discriminação por Categorias (em dólares)

Organização Participante	Valor Financiado Líquido	Despesa Total	Despesa por Categoria							% dos Custos do Programa
			Materiais, matérias-primas, equipamentos e transportes	Pessoal	Formação de Congéneres	Contratos	Outros Custos Diretos	Total dos Custos do Programa	Custos de Apoio Indireto	
UNCDF	838.302	4.339	53.745	551.108	-	-	(638.883)	(34.030)	38.369	N/D
PNUD	705.923	992.359	153.831	552.972	9.830	-	236.766	923.399	68.960	7.47
Total	1.544.225	996.698	207.576	1.074.079	9.830	-	(402.116)	889.369	107.329	12,07

5. TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO POR PARTE DO PAGL TIMOR-LESTE

O principal veículo para a transparência pública das operações do **Programa Conjunto de Timor-Leste relativo ao Programa de Apoio à Governança Local (PAGL)** é o portal eletrônico do Gabinete do MPTF, localizado em <http://mptf.undp.org>. O portal eletrônico é uma plataforma de conhecimento que oferece dados em tempo real a partir do sistema de contabilidade do Gabinete do MPTF, com um atraso máximo de duas horas, a respeito de informações financeiras sobre contribuições de parceiros de desenvolvimento, orçamentos de programa e transferências para Organizações Participantes. O portal eletrônico visa prestar serviços de gestão de fundos transparentes e responsáveis ao sistema das Nações Unidas, de modo a melhorar a sua coerência, efetividade e eficiência. Todos os relatórios narrativos são publicados no portal eletrônico do Gabinete do MPTF, o qual presta acesso fácil a quase 8.000 relatórios e documentos relevantes, com ferramentas e tabelas a mostrar dados financeiros e de programa. O portal eletrônico do Gabinete do MPTF foi reconhecido como “um exemplo a seguir” pelos pares e parceiros. O portal eletrônico do PC de Timor-Leste relativo ao PAGL fornece as informações mais atualizadas relativamente ao PAGL em Timor-Leste. A notificação pública de todas as aprovações de projetos feitas pelo Comité Executivo do PAGL em Timor-Leste, bem como as informações adicionais e outras atualizações de progresso sobre estes projetos, permite um elevado nível de transparência por parte das autoridades nacionais, parceiros de desenvolvimento, público e Organizações da ONU Participantes.

IX. ANNEXES

Annex 1: Summary of the Project Budget for MSATM for Fiscal Year 2012

No.	Project Categories per District	PDL		PDDI	
		Total Project	Budget (\$'000)	Total Project	Budget (\$'000)
	Aileu				
1	Project cost to \$15,000	4	56		
2	Project cost \$15,001 to \$50,000	4	145		
3	Project cost \$50,001 to \$100,000	2	167	5	475
4	Project cost \$100,001 to \$150,000			1	135
	Total	10	368	6	610
	Ainaro				
1	Project Cost to \$15,000	4	56		
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	9	287	12	368
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	1	65	2	140
	Total	14	408	14	508
	Baucau				
1	Project Cost to \$15,000	6	84		
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000		0		
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	6	448	5	420
4	Project Cost \$100,001 to \$150,000	1	120		
	Total	13	652	5	420
	Bobonaro				
1	Project Cost to \$15,000	8	113		
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	4	145	6	275
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	5	318	4	310
	Total	17	576	10	585
	Covalima				
1	Project Cost to \$15,000	8	103		
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	8	286	4	146
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	1	87	6	600
	Total	17	476	10	746
	Dili				
1	Project Cost to \$15,000	5	66	1	10
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	4	91	3	96
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	5	372	5	440
4	Project Cost \$100,001 to \$150,000			2	300
	Total	14	529	11	846
	Ermera				
1	Project Cost to \$15,000	4	55		
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	17	613	3	70
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	1	80	12	937
	Total	22	748	15	1007

Lautem					
1	Project Cost to \$15,000	4	58	3	16
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	9	240	5	195
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	2	131	1	85
4	Project Cost \$100,001 to \$150,000			1	120
Total		15	429	10	416
Liquiça					
1	Project Cost to \$15,000	5	66		
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	3	105	5	195
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	3	280	4	330
Total		11	451	9	525
Manatuto					
1	Project Cost to \$15,000	4	53	2	10
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	7	159		
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	1	144		
4	Project Cost \$100,001 to \$150,000			1	150
Total		12	356	3	160
Manufahi					
1	Project Cost to \$15,000	10	116		
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	9	238	2	70
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000			4	315
4	Project Cost \$100,001 to \$150,000			1	150
Total		19	354	7	535
Oe-cusse					
1	Project Cost to \$15,000	8	81	1	15
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	11	254	4	179
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000			4	405
Total		19	335	9	599
Viqueque					
1	Project Cost to \$15,000	4	48		
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	4	92	2	74
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	4	345	3	264
4	Project Cost \$100,001 to \$150,000			1	120
Total		12	485	6	458

13 DISTRICTS					
1	Project Cost to \$15,000	74	955	7	51
2	Project Cost \$15,001 to \$50,000	89	2655	46	1668
3	Project Cost \$50,001 to \$100,000	31	2437	55	4721
4	Project Cost \$100,001 to \$150,000	1	120	7	975
Grand Total 13 Districts		195	6167	115	7415

Annex 2: Brief Summary of the Approved Integrated District Development Planning (PDID) Decree Law

The Decree-Law creates the Integrated District Development Planning (in Portuguese: 'Planeamento de Desenvolvimento Integrado Distrital', or PDID), which defines and regulates the rules on jurisdiction, planning, implementation and funding for State project implementation at District and Sub-District level.

The Decree also establishes the planning process of the District Investment Plan ('Plano de Investimento Distrital', or PID), which is an annual plan that incorporates project proposals that originate from the Suco Development Plan ('Planos de Desenvolvimento do Suco', or PDS) and that are to be implemented at the District and Sub-District levels by programmes such as the Local Development Programme ('Programa de Desenvolvimento Local', or PDL) and the Decentralized Development Programme ('Programa de Desenvolvimento Descentralizado', or PDD).

The rules that define the planning and approval process, as well as the implementation and monitoring are equally applicable to PDL and to PDD I and II, but they will not be applicable to the implementation of PDL projects that have already been approved.

The implementation of PDID will be done in close coordination with the National Development Agency ('Agência de Desenvolvimento Nacional', or ADN). The whole process will be carried out through the involvement of various bodies at the suco, sub-district and district levels:

1. District Development Committee ('Comissão de Desenvolvimento Distrital', or CDD)
2. Sub-District Development Commission ('Comissão de Desenvolvimento Sub-Distrital', or CDSD)
3. Territorial Delegations ('Delegações Territoriais', or DT) of Ministries that have a presence at the Districts or Sub-District level
4. Suco Councils ('Conselhos de Suco', or CS)

To coordinate PDID initiatives with the plans prepared by line Ministries at the district or national levels, two meetings will be annually carried out:

1. A District Development Coordination Meeting ('Encontro de Coordenação de Desenvolvimento Distrital', or ECDD), to be carried out in each district;
2. A National Development Coordination Meeting ('Encontro de Coordenação de Desenvolvimento Nacional, or ECDN), to be carried out nationally.

The preparation of the PID is done in accordance with the following phases:

1. Identification of investment needs at the Suco level;
2. Prioritization of the investment needs at the Suco level and by Territorial Delegations at the Sub-District level;
3. Prioritization and approval of the investment needs within the District;
4. Examination, assessment and evaluation of the projects at the District level;
5. Prioritization of proposals and preparation of the PID draft;

6. Presentation and discussion in the ECDD and ECDN of the PID draft prepared by the CDD;
7. Finalization and approval of the PID prepared by the CDD;
8. Submission of PID to the Ministry responsible for Local Government;
9. Readjustment of the PID to the State Budget approved by the National Parliament.

The implementation of PDID is performed according to the following phases:

1. Procurement process and contract signature;
2. Project implementation;
3. Technical supervision;
4. Operation and maintenance;
5. Reporting.

The Ministry for State Administration and Territorial Management (MAEOT) is responsible for drafting the regulations related to the establishment and functioning of the organs involved in the PDID as well as the procedures to be applied during the execution of PDID.

The PDID Decree Law was approved by the Council of Ministers on 11 January 2012. It is yet to be promulgated by the President of the Republic and published in the Official Gazette.

**Annex 3: ANNUAL WORK PLAN 2012 Local Governance Support Programme
(LGSP)**

EXPECTED OUTPUTS <i>And baseline, indicators including annual targets</i>	PLANNED ACTIVITIES <i>List activity results and associated actions</i>	TIMEFRAME				RESPONSIBLE PARTY	PLANNED BUDGET		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Funding Source	Budget Description	Amount
Output 1									
Expected Output: Improved capacity for local service delivery (ISD) by sub-national bodies with increased citizen participation	Activity 1.1: capacity development support to national and local level institutions to implement PEM/PFM procedures	✓	✓			UNDP	Track (00012)	74200 Audio Visual & Print Prod Costs	3,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	NOR (00187)	75700 Training & workshop	1,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	NOR (00187)	71600 Travel	2,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	75700 Training & workshop	16,000
		✓	✓			UNDP	IRE (00134)	71600 Travel	20,000
Baseline: MC performance system operational in 10 districts but no PM system in place - No integrated planning processing linking various levels - No MIS in place - Suco plans prepared but not integrated in overall district planning	Activity 1.2: support CD initiatives targeting female members of local decision making bodies to incorporate gender issues in local processes	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	74200 Audio Visual & Print Prod Costs	4,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	75700 Training & workshop	5,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	NOR (00187)	71600 Travel	5,000
	Activity 1.3: introduce CD initiatives targeting suco council members to strengthen suco councils as institutions							No budget for 2012	
	Activity 1.4: strengthen downward information flows at sub-national levels; strengthen coordination and information flows between national and local levels							Unfunded	
Targets: Pilot or actual implementation of Local Government reform on ISD, PEM/PFM continues in current 13 pilot districts.	Activity 1.5: support implementation of a LDF, PBGS, with attention to CD strategies to improve local government performance		✓	✓		UNDP	NOR (00187)	75700 Training & workshop	3,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	NOR (00187)	71600 Travel	5,000
		✓	✓	✓	✓	MSATM	MSATM	N/A (parallel funding)	6,300,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	71600 Travel	15,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	75700 Training & workshop	10,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	74200 Audio Visual & Print Prod Costs	3,000
	Activity 1.6: introduce					UNDP	Track (00012)	75700 Training & workshop	No budget for 2012

	mechanisms for demand-driven CD, with attention to identifying supply-side options for responding to needs						UNDP	Track (00012)	71600 Travel	No budget for 2012
	Activity 1.7: support implementation of robust horizontal accountability mechanisms to ensure interaction between local administrations and decision making bodies with sector departments									Unfunded & no budget for 2012
	Activity 1.8: support implementation of reporting and monitoring procedures for central government to track use of public funds, local processes and make meaningful use of this information		✓				UNCDF	IRE (G2950)	71200 International Consultant	15,000
			✓				UNCDF	IRE (G2950)	71600 Travel	2,000
			✓				UNDP	NOR (00187)	75700 Training & workshop	3,000
	Activity 1.9: Output Support	✓	✓	✓	✓		UNDP	IRE (00134)	71400 Contractual Services – Individual	24,000
		✓	✓	✓	✓		UNDP	Track (00012)	71400 Contractual Services - Individual	97,000
		✓	✓	✓	✓		UNDP	IRE (00134)	72400 Communic & Audio Visual Equip (LoA MSATM)	3,000
		✓	✓	✓	✓		UNDP	IRE (00134)	72200 Equipment & Furniture (LoA MSATM)	3,000
		✓	✓	✓	✓		UNDP	IRE (00134)	72800 IT Equipment (LoA MSATM)	10,000
		✓	✓	✓			UNDP	Track (00012)	74500 Miscellaneous	2,000
		✓	✓	✓			UNDP	IRE (00134)	74500 Miscellaneous	3,000
Total Output 1										254,000 (LGSP) 6,300,000 (MSATM)
Output 2										
Expected Output: Improved institutional, legal, and regulatory framework established in support of effective local governance	Activity 2.1: Assist in the revision of DSF II and preparation of DSF III									Unfunded & No budget for 2012
	Activity 2.2: Support the developing and fine-tune an integrated system of IGFT, planning and implementation framework									Unfunded & No budget for 2012
Baseline: - Outdated Road Map for local governance reform	Activity 2.3: Support the development of subsidiary legislation to support local level PEM/PFM systems and procedures		✓	✓			UNCDF	IRE (G2950)	71600 Travel	6,000
			✓	✓			UNCDF	IRE (G2950)	71200 International Consultant	40,000

<p><i>- Incomplete and contradictory PEM/PFM framework for local level</i></p> <p><i>- No capacity assessment done at the local level and no capacity development strategy in place</i></p> <p><i>- No strategic gender mainstreaming strategy in place</i></p>	Activity 2.4: Support to the development of a Performance Based Grant system and a Capacity Development Grant	✓				UNCDF	IRE (G2950)	71600 Travel	3,000	
		✓				UNCDF	IRE (G2950)	71200 International Consultant	20,000	
		✓				UNDP	IRE (00134)	75700 Training & workshop	5,000	
	Activity 2.5: Revise the Capacity Development Strategy (CDS) including both institutional and individual CD needs		✓	✓			UNDP	IRE (00134)	71200 International Consultant	5,000
				✓	✓		UNDP	IRE (00134)	71600 Travel	3,000
				✓	✓		UNDP	IRE (00134)	75700 Training & workshop	1,000
	Activity 2.6: Continued support to local government reform processes							Unfunded & No budget for 2012		
	Activity 2.7: Support and implement IEC related initiatives with particular focus on outreach	✓	✓	✓	✓		UNDP	IRE (00134)	74200 Audio Visual & Print Prod Costs	24,000
		✓	✓	✓	✓		UNDP	NOR (00187)	71600 Travel	2,000
		✓	✓	✓	✓		UNDP	IRE (00134)	72800 IT Equipment	12,500
	Activity 2.8: Support and strengthen national and local capacities on gender mainstreaming in Government policies and strategies	✓	✓	✓	✓		UNDP	NOR (00187)	74500 Miscellaneous	1,000
	Activity 2.9: Support the establishment of horizontal communication and cooperation between MSATM and Line-Ministries at all levels	✓	✓	✓	✓		UNDP	IRE (00134)	74500 Miscellaneous	1,000
		✓	✓	✓	✓		UNDP	NOR (00187)	71600 Travel	1,000
Activity 2.10: Commission/ conduct research on issues linked to local governance								Unfunded		
<p>Indicators:</p> <p><i>Revised DSF II approved</i></p> <p><i>- Revised PEM/PFM procedural framework approved</i></p> <p><i>- Availability of functional PBGS (PBGS is established an operational by end of 2012) - Revised Capacity Development Strategy approved</i></p> <p><i>- # of District capacity assessment completed (3-4 assessment completed by 2013) - Gender issues considered in all new policies and strategies</i></p>	Activity 2.11: Output Support		✓	✓	✓		UNDP	IRE (00134)	71400 Contractual Services – Individual	38,000
		✓	✓	✓	✓		UNCDF	IRE (G2950)	61300 Salary for International Staff	196,000
		✓	✓	✓	✓		✓	IRE (G2950)	63500 Insurance and Security Cost	132,000
				✓	✓	✓		UNCDF	IRE (G2950)	65100 After Service Insurance

Targets: MSATM supported in facilitating approval of draft laws on local governance by the NP. MSATM supported in preparation of districts for "municipalisation"		✓	✓	✓	✓	UNDP	NOR (00187)	71600 Travel	5,000
Total Output 2									549,500
Output 3 PROGRAMME SUPPORT									
Project Support	Activity 3.1: Procure equipments	✓	✓	✓	✓	UNDP	JPAA (10714)	72800 IT Equipment	10,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	72200 Equipment and Furniture	3,000
	Activity 3.2: Technical Support	✓	✓	✓	✓	UNCDF	Core (G1310)	61300 Salary for International Staff	100,000
		✓	✓	✓	✓	UNCDF	IRE (G2950)	61300 Salary for International Staff	20,000
		✓	✓	✓	✓	UNCDF	IRE (G2950)	63500 Insurance and Security Cost	77,500
		✓	✓			UNCDF	IRE (G2950)	65100 After Service Insurance	30,000
		✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	71400 Contractual Services - Individual	79,500
Activity 3.3: Operation and Management	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	75700 Training & workshop	1,000	
	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	73400 Rental & Maint of other Equip	21,300	
	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	72500 Supplies	12,000	
	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	72400 Communic & Audio Visual Equip	7,000	
	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	74200 Audio Visual & Print Prod Costs	7,000	
	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	74500 Miscellaneous	2,000	
	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	63400 Learning	7,000	
	✓	✓	✓	✓	UNCDF	IRE (G2950)	71600 Travel	26,000	
Activity 3.4: Final Review	✓	✓	✓	✓	UNDP	IRE (00134)	No budget for 2012		
Total Output 3								403,300	
Total without Government contribution								1,206,800	
Total with Government contribution								7,506,800	

Annex 4: List of LGSP Staff/post in 2011

Title	Name	Contract											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Chief Technical Advisor	Susanne Kuehn	x	x	x	x								
Chief Technical Advisor (Consultant)	Alessandro Righetti						x	x	x	x	x	x	x
LDP Coordinator	Ana Maria dos R. de Carvalho	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Planning Officer	Jacob da Cruz Leite	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Planning Officer	Mario Ramos de Carvalho	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Finance Officer	Domingas Marques G Ferreira	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Infrastructure Technical Associate	Carion da Costa	x	x	x	x								
Policy and Legislation Coordinator	Domingos Soares	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Policy and Legislation Associate	Viriato da Costa Seac					x	x	x	x	x	x	x	x
Communication Analyst	Luca Solimeo	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Communication Associate	Agnes Brites Maia							x	x	x	x	x	x
Operation Advisor	Kazuyo Kaneko	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Program Manager	Francisco Belo							x	x	x	x	x	x
Admin and Finance Assistant	Liboria F. Savio	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Admin and Finance Assistant	Angelina dos Santos Gusmao	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Driver Coordinator	Florentinho Rodriques	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Driver	Juvenal N.T. Alves	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Driver	Antonio M.C. Smith	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Driver	Elizario Fonseca	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Driver	Marito de Vasconselhos	x	x	x	x	x	x	x	x				
Cleaner	Domingos Pinto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x